



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANTONIA CLÁUDIA SOARES LEÃO DOS SANTOS

**RELAÇÃO MÃE-BEBÊ EM CONTEXTO DE CÁRCERE: UM ESTUDO
PSICANALÍTICO**

BELÉM - PARÁ
2017

ANTONIA CLÁUDIA SOARES LEÃO DOS SANTOS

Relação Mãe-Bebê em Contexto de Cárcere: Um Estudo Psicanalítico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, na área de concentração: Psicologia Clínica e Social, na linha de pesquisa: Psicologia, Sociedade e Saúde, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia:

Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso – Orientador.

Profa. Dra. Celina Maria Colino Magalhães –
Coorientadora.

BELÉM - PARÁ

2017

ANTÔNIA CLÁUDIA SOARES LEÃO DOS SANTOS

Relação Mãe-Bebê em Contexto de Cárcere: Um Estudo Psicanalítico

Belém (PA), 16 de fevereiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso
Universidade Federal do Pará - UFPA
Orientador

Prof^a. Dra. Celina Maria Colino Magalhães
Universidade Federal do Pará – UFPA
Coorientadora

Prof^a. Dra. Miria Benincasa Gomes
Universidade Metodista de São Paulo – UMESP
Examinadora externa

Prof. Dr. Leandro Passarinho Reis Júnior
Universidade Federal do Pará – UFPA
Examinador interno

Prof^a. Dra. Maria Lúcia Chaves Lima
Universidade Federal do Pará – UFPA
Suplente

BELÉM – PARÁ
Fevereiro – 2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Santos, Antonia Cláudia Soares Leão dos
Relação Mãe-Bebê em contexto de cárcere: um estudo psicanalítico/
Antonia Cláudia Soares Leão dos Santos. - 2017.

Orientador: Janari da Silva Pedroso.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Belém, 2017.

1. Mãe e lactente. 2. Desenvolvimento infantil. 3. Prisões.
4. Prisioneiras. 5. Observação (Psicologia) 6. Vínculo duplo
(Psicologia)

CDD22.ed.362.8295

Dedico este trabalho aos meus pais:
Adelziro Leite Leão e Olga Soares Leão,
pelo amor incondicional e exemplo de união
que até hoje me inspira.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são a oportunidade de pensar em como elaborei este trabalho e quais as pessoas que contribuíram para isto. Encontrava-me afastada dos estudos há alguns anos, ter coragem e disciplina para retornar e logo em um mestrado, exigiu-me esforços diários. Não é fácil cumprir as exigentes tarefas acadêmicas para quem trabalha, dona de casa e mãe de uma criança. Foram recorrentes os pensamentos para desistir, no entanto, tomava mais um café e seguia em frente. Além de ter como orientador alguém que não quer dos alunos o comum, busca o excelente. Agora que cheguei ao final, só tenho a agradecer ao Prof. Dr. Janari Pedroso por isso, graças também a essas cobranças não abandonei o curso.

Do ponto de vista pessoal, somam-se amadurecimento, disciplina e auto-conhecimento como os muitos ganhos; profissionalmente, foi uma retomada da Psicologia, leituras de autores fantásticos sempre sob a orientação do Prof. Dr. Janari Pedroso que exerce seu ofício com paixão, excelente profissional, é presente e incentiva o aluno a fazer o seu melhor. Muito obrigada!

Agradeço a Deus, força e fé espiritual que me fizeram caminhar e não desistir.

Agradeço a minha família por me apoiarem e aturarem, em especial minha maravilhosa filha Sofia, minha luz e minha melhor produção, meu marido Nilson que está sempre ao meu lado me incentivando; agradeço às minhas irmãs, meus irmãos, meus sobrinhos e sobrinhas pelo apoio e carinho dedicados a mim em todos os encontros familiares.

Agradeço a minha coorientadora, Prof^a Dr^a Celina Maria Colino Magalhães, pelas orientações detalhadas e objetivas, além do apoio na Unidade Materno Infantil (UMI).

Agradeço aos meus amigos (as) da universidade, em especial aos “parceiros de orientador” André Isaac Assunção, Edson Júnior da Silva Cruz, Mayana Okada e Michelly Oliveira, pelos estudos, conversas e cafés compartilhados.

Agradeço a muitos amigos que não são da universidade, mas compartilharam comigo essa etapa, com palavras de incentivo e carinho, não teriam como nomeá-los, obrigada, queridos!

Agradeço à Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-graduação de Psicologia, aos professores e aos funcionários do programa prontos a ajudar, em especial à servidora Tânia sempre disponível, e aos colegas da turma 2014 do mestrado em Psicologia pelas experiências compartilhadas em sala de aula e pelos corredores da universidade.

Agradeço à Defensoria Pública do Pará e aos colegas de trabalho do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) defensores públicos, analistas, servidoras administrativas e estagiários pelo apoio para que eu cumprisse com a rotina acadêmica do mestrado.

Agradeço à UMI representada pela sua coordenadora à época Danusa e todo o seu quadro de servidores públicos que me receberam cordialmente e contribuíram para que eu desempenhasse minha pesquisa, além de um agradecimento especial às internas na casa que sempre me trataram com acolhida e respeito.

Agradeço à Luísa e Antonio, que me introduziram na observação Bick e que sempre era uma surpresa a cada ida à UMI.

Agradeço à Maria e Daniel, pela receptividade e por acompanhar muitos momentos de brincadeira entre mãe e filho.

Agradeço à Sheila e Tatiane, mãe que não estava disponível ao método no início, mas depois, de tanto material a ser analisado, contribuiu efetivamente na pesquisa.

Guardarei para sempre na minha memória com muito carinho os rostinhos dos três bebês.

Peço desculpas se esqueci de nomear alguém nos agradecimentos, contudo estou muito grata por essa caminhada de quase três anos está se encerrando com meu coração feliz por isso e por ter vencido meu próprio desafio, o que não teria sido possível sem o apoio de muitas pessoas. A todos, enfim, muito obrigada!

“Desejo é o impulso de recuperar a perda da primeira experiência de satisfação.”
Sigmund Freud

SANTOS, A. C. S. L. dos. (2017). *Relação mãe-bebê em contexto de cárcere: um estudo psicanalítico* (Dissertação). Universidade Federal do Pará, Belém. 99p.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar o desenvolvimento emocional do bebê a partir do método Bick de observação da relação mãe-bebê em contexto de cárcere. Foram observadas três díades por um período de cinco meses, a dinâmica se constituiu em iniciar com duas e após três meses uma foi substituída devido ao fato de que uma das internas recebeu liberdade provisória. O método Bick recomenda que o tempo total de observação deva ser de dois anos, os bebês foram acompanhados desde o nascimento, contudo houve uma adaptação quanto ao tempo do método. As transcrições foram feitas logo após as observações e supervisionadas pelo orientador que é especialista em Método Bick. Os dados foram agrupados em três categorias, a saber: a mãe e o seu bebê, o colo e o carrinho do bebê e o tempo de brincar. A Psicanálise embasa o referencial teórico, mais especificamente autores clássicos do desenvolvimento humano como Winnicott, Mahler, Klein e Spitz. A relação mãe-bebê foi diferenciada em cada díade, entretanto, as três mães eram jovens, de baixa escolaridade, apesar de serem múltíparas, estavam no cárcere pela primeira vez, com dedicação exclusiva para o recém-nascido e do ponto de vista penal as três envolveram-se com tráfico de drogas. Este estudo contribuiu no sentido de mostrar que o método Bick pode ser empregado no contexto de cárcere para desvelar a relação mãe-bebê. Outra contribuição é o fato deste trabalho somar com a literatura específica sobre mulheres encarceradas com seus bebês que ainda é escassa.

Palavras-chave: Método Bick. Relação mãe-bebê. Cárcere.

SANTOS, A. C. S. L. dos. (2017). *Mother-infant relationship in prison context: a psychoanalytic study*. (Master's thesis). Universidade Federal do Pará, Belém. 99p.

Abstract

The present study aimed to analyze the emotional development of the baby from the Bick method of observation of the mother-baby relationship in prison context. Three dyads were observed for a period of five months, the dynamics consisted of starting with two and after three months one was replaced due to the fact that one of the inmates received provisional release. The method recommends that the total time of observation should be two years, the babies were followed from birth, however there was an adaptation of the method regarding time. The transcripts were made shortly after the observations and supervised by the advisor who specializes in Bick Method. The data were grouped into three categories, namely the mother and her baby, the baby's lap and stroller, and the play time. Psychoanalysis bases the theoretical reference, more specifically classical authors of human development like Winnicott, Mahler, Klein and Spitz. The mother-infant relationship was differentiated in each dyad; however, the three mothers were young, of low schooling, although they were multiparous, they were in the jail for the first time, with dedication exclusively for the newborn and from the penal point of view Three were involved in drug trafficking. This study contributed to show that the Bick method can be used in the context of jail to unveil the mother-baby relationship. Another contribution is the fact that this work adds to the specific literature on imprisoned women with their babies that is still scarce.

Keywords: Bick method, Mother-baby relationship, Prison.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	10
1 Introdução.....	16
1.1 Prisões e Novas Formas de Encarceramento.....	16
1.2 A Relação Mãe-Bebê: Processo de Desenvolvimento.....	29
2 Objetivos.....	41
2.1 Objetivo Geral.....	41
2.2 Objetivos Específicos.....	41
3 Método.....	42
3.1 Método Psicanalítico Bick.....	44
3.2 Ambiente.....	49
3.3 Participantes	50
3.4 Procedimentos.....	51
3.5 Análise de Dados e Supervisão.....	53
4. Resultados e Discussão.....	54
4.1 Breve Histórico dos Participantes.....	54
4.1.1 A Jovem Luísa e Seu Bebê Antônio.....	54
4.1.2 Maria, a Mãe de Meninos, o Bebê Daniel.....	55
4.1.3 A (Des)conhecida Mãe Sheila e Sua Bebê Tatiane.....	56
4.2 Discussão Categorias Temáticas.....	58
4.2.1 A Mãe e o seu Bebê.....	58
4.2.2 O Colo e o Carrinho de Bebê.....	64
4.2.3 O Tempo de Brincar.....	68
5 Considerações Finais.....	73
Referências.....	83
Anexos.....	91

Apresentação

Entrar em uma prisão é uma experiência marcante, é um momento que jamais esquecemos e para muitas pessoas pode ser um ambiente que choca e repugna. A verdade é que ao adentrar em uma casa penal nos transformamos, esse incômodo advém do clima hostil, do cheiro, das grades, de como as pessoas vivem lá, da tensão, do ódio, da tristeza e do medo que vemos nos olhos dos internos. No mínimo, é uma vivência que nos faz refletir sobre como a vida e a liberdade são fugazes, por isso é tão perturbador.

Há muitos anos ocorreu o primeiro contacto desta pesquisadora com o ambiente carcerário, na década de 1990, quando cursava especialização em Psicologia Jurídica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com idas ao complexo penitenciário Hélio Gomes, atualmente, desativado. Surgiu então o desejo de desenvolver algum trabalho acadêmico com a população carcerária, após conhecer a realidade na qual vivem aquelas pessoas.

Ao ingressar no corpo de servidores da Defensoria Pública do Pará, como membro da equipe multidisciplinar do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) quanto do Núcleo Avançado de Atendimento Criminal (NACRI) do referido órgão levaram à frequência constante às casas penais. No NDDH, o trabalho tinha como foco as equipes técnicas dos presídios com intuito de averiguar como estavam as condições de saúde, educação e trabalho dos internos; no NACRI, o alvo eram os detentos ora por solicitação do defensor público para uma entrevista psicossocial ou engajamento no programa “Cinearte”, criado pelo núcleo com o objetivo de levar diversão e reflexão por meio da exibição de filme seguido de debate com a plateia.

Na intenção de ampliar os estudos, ingressei no mestrado de psicologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA) com interesse em pesquisar sobre o desenvolvimento infantil a partir do método Bick de

observação da relação mãe-bebê. O propósito de unir experiência profissional na Defensoria Pública com a vida acadêmica no mestrado surgiu o contexto: o cárcere; a qual viria a ser desafiador por se tratar da pesquisa de uma mulher com outras mulheres em situação de encarceramento houve expectativa e ansiedade pela rejeição visto que o método Bick já é desconhecido no meio acadêmico, como seria recebido por mulheres encarceradas?

Sobretudo, porque a proposta do método é apenas observar o que se passa na interação mãe-bebê, sem interferências diretas. Método este com bases psicanalíticas criado em Londres por volta de 1948 por Esther Bick para a grade curricular da formação clínica de terapeutas; nos dias atuais este método tem sido usado em pesquisas científicas, ratificando o compromisso ético do observador quanto ao rigor metodológico a fim de garantir validade à pesquisa conforme exigência da observação científica. Mulheres internas em casas penais já são constantemente vigiadas, como se sentiriam na presença de uma pesquisadora que a observará cumprindo sua rotina diária com seu bebê? Dessa maneira, foi imprescindível a explicação do trabalho com o referido método, sanar dúvidas objetivando deixá-las à vontade no momento da observação, além de não criar expectativas errôneas quanto a possíveis aconselhamentos pela pesquisadora para os cuidados que a mãe deveria ter com o filho.

Acredita-se na importância e relevância dessa pesquisa dada a sua relevância social, haja vista, os problemas graves em ambiente penitenciário e a decisiva relação mãe-bebê até os dois anos de idade. A junção dessas duas problemáticas com o emprego do método Bick de observação faz desse trabalho singular no meio acadêmico, mais que isso, útil a chamar atenção para esse grupo social pouco estudado, pois há carência de estudos sobre a relação mãe-bebê no cárcere, que investiguem a influência deste contexto a curto e longo prazo nas crianças, por outro lado, vale ressaltar a importância da presença do bebê

com a mãe para o processo de reinserção social da mesma. Porém, o cerne do estudo será de que maneira a relação mãe-bebê evoluiu em contexto carcerário, quais os fenômenos emocionais no desenvolvimento no bebê poderão ser considerados específicos deste ambiente, enfim, investigou-se como ocorreu o desenvolvimento psíquico do bebê, qual era sua rotina de cuidados adotados pela mãe no cárcere, assim como se analisou os sentimentos percebidos na própria observadora decorrentes da observação.

Essa inspiração foi oportunamente acertada visto que em março de 2013 fora inaugurada esta unidade materno infantil da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE), localizada em Ananindeua na região metropolitana de Belém, sendo a pioneira no norte do Brasil para acolher internas grávidas com o direito garantido pelo Estado a permanecer com o filho até um ano de idade; a unidade resultou de um convênio firmado entre a SUSIPE e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

Na UMI, que é um espaço separado do presídio feminino, as mães fazem o acompanhamento pré-natal com a atenção de uma equipe multidisciplinar formada por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e nutricionistas, além de haver uma ambulância à disposição da unidade por 24 horas para eventuais emergências.

A iniciativa de oferecer um atendimento humanizado às internas grávidas no estado do Pará chamou a atenção do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), visto que essa não é a realidade da maioria dos estados brasileiros. Vale ressaltar que Marabá, no sul do Pará, tem a segunda UMI prisional do estado destinada para mulheres grávidas privadas de liberdade e seus bebês daquela região. Para o UNICEF, o Pará é um exemplo a ser seguido em todo país, resalta que é objetivo da instituição destacar boas práticas que busquem garantir direitos daqueles que ainda não os têm. Com relação à UMI, o Pará possui uma experiência que precisa ser documentada e divulgada (SUSIPE, 2015).

À primeira vista, a UMI é um ambiente agradável, não se confunde com um presídio, sem os moldes de uma “instituição total” (Goffman,1961/1974), é uma casa ampla, com quatorze leitos, possui ar condicionado, suas paredes são claras e bem pintadas, há um jardim bem cuidado ao redor da casa,vêm-se brinquedos decorando o ambiente, quase se esquece que se está dentro de um local de cumprimento de pena, porém as mulheres encarceradas jamais esquecem onde estão e o porquê, pois nas suas falas há sempre o desejo de sair.

Entretanto, deve-se destacar que a aproximação da mãe com o seu recém-nascido que a unidade proporciona, é de grande importância para o desenvolvimento psíquico do mesmo, além do fato de relevância social que a UMI realiza para essas mulheres custodiadas e seus filhos. O que será demonstrado nos capítulos dessa dissertação e a ligação afetiva que será fortalecida com a permanência da mãe com seu filho por doze meses.

Na introdução dessa dissertação será exposto o referencial teórico sobre as bases do desenvolvimento psíquico do bebê a partir dos autores: Klein (1975/2006), Winnicott (1979/1988), Spitz (1983), Stern (1992), além de uma revisão de literatura a cerca do contexto cárcere, momento em que se fará uma retrospectiva histórica da origem das prisões e análise crítica sobre a questão prisional brasileira. Atentar-se-á que o método é de base psicanalítica e como ele foi adaptado para o cárcere.

Essa fundamentação teórica é o alicerce para discussão dos resultados da pesquisa com as referidas análises em categorias retiradas a partir das transcrições de observação, as quais foram supervisionadas pelo orientador.

Enfim, houve expectativa de abraçar um tema como este, serviu como desafio para a própria pesquisadora, a qual é mãe e conviveu com mães tão singulares e bebês tão novos, reconhecem-se sentimentos que mobilizaram a pesquisadora, em especial nas

primeiras idas à UMI, que foi trabalhado em supervisão, para não atrapalhar a pesquisa com impulsos de querer ajudar as mães no cuidado com as crianças. Há a consciência da importância social desta pesquisa, espera-se chamar a atenção de autoridades quanto a planejarem políticas públicas para mulheres que cumprem penas grávidas ou que engravidam na prisão. Aumentar a capacidade da unidade materno infantil em Ananindeua ou instalar outra unidade em Belém, visto que o número de mulheres encarceradas grávidas cresce consideravelmente. Investir em capacitação para os servidores que trabalham na unidade, para que estejam qualificados a atender as especificidades das internas quando se sentem desamparadas no momento que o filho adocece ou até orientá-las qual a melhor maneira de cuidá-lo. Essas mães e seus bebês precisam de amparo, os bebês pela própria condição de total dependência de um adulto e as mulheres grávidas e apenas sentem-se inseguras quanto a sua vida e o futuro do filho.

Ao considerar todas as informações acima apresentadas, faz-se oportuno esclarecer que este trabalho foi dividido para ter uma sequência lógica a fim de que o leitor pudesse acompanhar desde o nascimento da ideia até as considerações finais. O presente estudo está organizado em cinco capítulos: o primeiro é a introdução que foi dividida em dois tópicos: a primeira apresenta uma revisão da literatura sobre o cárcere, prisões e novas formas de encarceramento, de modo a contextualizar o estudo; em seguida apresentamos a relação mãe-bebê, processo de desenvolvimento no trabalho que traz o suporte teórico para as análises e discussões sobre o desenvolvimento emocional do bebê.

O segundo tópico traz os objetivos, geral e específicos, logo a seguir o terceiro que se refere ao método, no qual, inicialmente, trazemos um debate com destaque para a pesquisa qualitativa e para a pesquisa em Psicanálise para falar mais detalhadamente sobre o Método Bick. Ainda no tópico apresentamos o ambiente, a caracterização das díades, o procedimento de coleta e análise e, finalizamos com a discussão dos dados coletados.

O quarto tópico refere-se aos Resultados e Discussões subdividido em breve histórico dos participantes no qual fazemos um pequeno relato de vida de cada díade para apresentar ao leitor quem são essas pessoas. A seguir, ainda dentro do quarto tópico fazemos a análise dos dados coletados a partir de três categorias temáticas: a mãe e o seu bebê, o colo e o carrinho do bebê e o tempo de brincar.

Ao final, são apresentadas considerações com críticas, sugestões e contribuições para novas pesquisas, por ser uma área ainda carente de estudos, entretanto rica em possibilidades para os mesmos.

Este estudo foi construído na plenitude de experiências vivenciadas com três mães que enfrentam dia a dia uma realidade de ansiedade devido sua condição de encarceradas. É necessário dizer que emoções fortes foram sentidas pela observadora, em especial, quando houve o contato com os três bebês que nasceram e estavam iniciando os primeiros meses de vida em um acolhimento institucional marginalizado, no qual o estigma é a agressividade, entretanto, observou-se dedicação de mães tentando acertar, cercadas por pessoas que queriam contribuir de alguma maneira para que o ambiente fosse caloroso e acolhedor para os bebês, pode-se dizer que foi um espaço de crescimento profissional quanto pessoal para todos.

Vale destacar o relevante trabalho realizado pela equipe da Prof^a. Dr^a Celina Magalhães com suas estagiárias. Presenciamos que o suporte emocional que elas oferecem às mães encarceradas é essencial para estas cuidarem de seus bebês com segurança. Todas essas questões finais da apresentação pretendem fazer um chamado para mais pesquisas com esta temática, em longo prazo o benefício será inclusive para a sociedade, pois se espera que as mães não reincidam, consigam retomar uma vida fora do cárcere e os bebês possam crescer num ambiente saudável com oportunidades reais.

1 Introdução

1.1 Prisões e Novas Formas de Encarceramento

Para o entendimento do cárcere, faz-se necessário formular uma contextualização e caracterização do tema, especialmente, no Brasil cujo sistema carcerário apresenta sérios problemas como a superlotação, instalações decadentes e uma realidade perversa que impõe aos encarcerados dores e humilhações físicas e psicológicas. Os termos cárcere e prisão serão utilizados como sinônimos, no sentido de local de cumprimento de penas por meio da reclusão.

A prisão sempre foi um tema que chamou a atenção de diversos autores, a saber: Goffman, 2005; Foucault, 1991; Santa Rita, 2006, talvez pelo estigma que carrega uma instituição prisional. Essa marca sócio-cultural das prisões deixa cicatrizes profundas em seus internos e até naqueles que nelas trabalham, notadamente por ser um local de sofrimento. No Brasil constata-se que o cárcere assume um caráter mais punitivo do que educativo, apesar de o Sistema Penitenciário Brasileiro ter como objetivo a ressocialização baseado no princípio da dignidade da pessoa humana, contudo, o alto índice de reincidência demonstra que o sistema não consegue atingir seu objetivo educacional e manter os egressos fora do mundo do crime (Silva, 2013).

De acordo com Foucault (1991) a concepção de prisão existe antes mesmo de seu uso jurídico, antes de servir às leis penais, preexistindo como uma organização para dominar indivíduos por meio do controle dos corpos, afim de que se tornem pessoas dóceis, servis, incapazes de reagir. A prisão extrapola o aspecto jurídico de cumprimento de pena por um determinado crime, ela é “onidisciplinar” (Foucault, 1991), que é um termo usado pelo autor para designar uma instituição completa que abarca todos os aspectos da vida do indivíduo, ela não foca em uma questão específica como uma escola,

por exemplo, a prisão toma para si o treinamento físico, o comportamento, o cotidiano, enfim exerce um poder quase absoluto sobre o detento. Muito mais do que qualquer instituição disciplinadora, a prisão exaustivamente atinge o indivíduo em seu aspecto físico, moral, psíquico, suas aptidões, ou seja, toda a vida do preso.

A questão do aprisionamento, segundo Santa Rita (2006), é um fato que advém da Roma antiga, porém sem ligação com sanção penal, era apenas uma forma de esperar seu julgamento visto que as penas eram castigos corporais ou a morte. Os acusados eram mantidos, até início do julgamento, em espaços “improvisados”, calabouços, castelos, torres, conventos abandonados ou em ruínas, funcionavam como verdadeiros depósitos de gente, em alguns casos misturados com animais, não havia higiene, conforto, praticamente, inabitáveis, inexistia nessa época uma construção com arquitetura penitenciária própria.

A concepção de prisão como se tem hoje surgiu na Europa entre os séculos XVI e XVII, a realidade era o crescimento industrial e o aumento da pobreza, portanto o Estado aprisionava aqueles que estavam à margem da sociedade, como os mendigos, os loucos, entre outros, usando-os como força de trabalho (Santa Rita, 2006). Criavam-se, dessa maneira, instituições que serviriam para fazer a “limpeza das cidades”, os pobres iriam para as casas de assistência, oficinas de trabalho ou instituições penais, tornar-se-iam assim úteis, deixavam de ser um problema para o Estado. O objetivo dessas instituições era a segregação e o controle mediante regras e disciplinas tais como as prisões contemporâneas (Santa Rita, 2006).

Com o advento das leis para reformar o conjunto judiciário, no fim do século XVIII, as penas deixam de ser realizadas por meio de suplício físico para se tornar um “castigo mais humano”, os reformadores que na maioria eram juristas franceses buscaram dar um caráter de “suavidade” ao cumprimento das penas com o advento das prisões (Foucault, 1991).

Para Goffman (1961/1974), prisão é considerada uma instituição total por ser um local no qual os indivíduos estão separados da sociedade, em situação semelhante, onde ficarão por período de tempo longo, além de terem sua rotina cerceada e administrada. A tendência primordial dessas instituições é proporcionar o isolamento, por meio de muros, grades e portões fechados, além dessa barreira física formada com o mundo externo, há uma barreira social pela falta de contato com familiares e com a comunidade que fazia parte, o que deixará sequelas nos residentes desses ambientes. Goffman (1961/1974) sustenta que haverá a “perda de concepção de si mesmo” e “mortificação do eu” devido a essa separação do mundo exterior e pela assimilação de uma cultura de isolamento transmitida nas instituições totais.

Para o autor supracitado, prisões e cadeias foram construídas para proteger a comunidade dos perigos que os presos tencionem promover. Não há importância na avaliação quanto ao bem-estar ou não das pessoas que lá estão isoladas. Ao ingressar em uma casa penitenciária, o indivíduo precisará se readaptar, tornar-se outra pessoa, ou talvez ele fosse posto lá, justamente, por ser considerado diferente dos demais de sua comunidade. A verdade posta é que o indivíduo, ao perder seu convívio social e se ver forçado a estar ao lado de desconhecidos, perde sua característica sócio-cultural para ser inserido em outra cultura, no caso, a da opressão e punição.

A tendência da instituição é o fechamento, é esse fechamento que caracteriza como total, impondo uma barreira social com o “mundo extramuros”. Há diversas finalidades das instituições totais, conforme Goffman (1961/1974) a prisão é organizada para proteger as pessoas na sociedade contra os iminentes perigos que representam os prisioneiros. O que há de comum em todas as instituições totais é o fato de que as tarefas são realizadas num mesmo local, tais como dormir, trabalhar e se alimentar. E essa atividade diária acontece juntamente com várias pessoas, que são tratadas igualmente e obrigadas a fazer

tudo em conjunto, obedecendo horários fixos pela direção. Há uma padronização de indivíduos. Essa programação não leva em conta a individualidade de cada um, não existem características individuais que serão consideradas, na prisão todos são prisioneiros com o mesmo uniforme e recebendo o mesmo olhar da instituição planejada para atingir seus objetivos institucionais.

Com o aumento da mendicância as penas deixaram de ser espetáculos de horrores da dor para se transformarem em privação de liberdade com a finalidade de desestimular a vadiagem. As instituições tinham como mote o uso dos prisioneiros para o trabalho, objetivando reformá-los em indivíduos bons pelo controle de sua “alma”. Esse mesmo fenômeno reformulador chegou às Américas e, juntamente com as pressões das sociedades americanas que clamavam a favor do preso contra os martírios físicos (Camargo, 2006).

No Brasil, surgiu em 1830 o primeiro código criminal, o qual regularizou as penas de trabalho para criminosos. Em 1890, tem-se o primeiro Código Penal cuja principal contribuição foi abolir a pena de morte para criar o regime penitenciário com objetivo correccional, já nessa época o discurso era de ressocializar e reeducar o preso. Em 1850, foi inaugurada a primeira prisão brasileira chamada de Casa de Correção da Corte, localizada no Rio de Janeiro, conhecida nos dias atuais como Complexo Frei Caneca. Naquela época, os presos eram obrigados a trabalhar nas oficinas durante o dia, mas essa prática não era identificada como punição, mas como agente indispensável para a transformação do indivíduo, ou seja, o objetivo era manter os condenados ocupados utilizando o máximo de sua força, o que os obrigava a adquirir bons hábitos e ao chegar da noite, os presos iam para o isolamento em suas celas únicas, esse método seria uma cópia da prisão de Auburn em Nova Iorque (Welter, 2013).

Vale ressaltar que esse modelo adotado na primeira prisão brasileira é conhecido como panóptico de estrutura, com celas únicas que possuem duas janelas que permitem

que a claridade do dia atravessasse a cela, também era considerada a forma mais eficaz de vigilância dos internos, visto que o prédio possuía uma torre central com visão de todo o ambiente. A Casa de Correição da Corte foi considerada à época, uma prática de punição mais humana pela sua finalidade de reeducar o preso, porém a história mostra que ainda usavam-se açoites e acorrentamento a fim de ter total controle sobre o condenado. Ao longo dos anos o modelo panóptico importado dos Estados Unidos não se adequou às características nacionais, sobretudo pelo fato dos presos brasileiros não atenderem ao ideal de silêncio absoluto e disciplina rigorosa (Welter, 2013).

Dizer que as prisões visam à educação do preso é algo incongruente, (Baratta, 2002) visto que educação é o contrário do encarceramento, educação proporciona a liberdade, preza pelo respeito mútuo e pela individualidade. O cárcere segrega e reprime, o indivíduo veste-se com o uniforme do presídio para pertencer a massa daqueles que transgrediram a lei. O que ele era antes do cárcere fica do lado de fora, juntamente, com seus pertences que são entregues ao carcereiro no momento do seu ingresso.

Apesar de banalizada pelo uso popular e depreciativo, a dignidade é um princípio imperioso da pessoa humana no qual qualquer indivíduo deve ser tratado com respeito, pois possui independência e liberdade para fazer escolhas sendo responsável por elas. O Estado deve, assim, fornecer condições sócio-econômicas para que exerçam sua autonomia, além de garantir o direito à dignidade de todas as pessoas, incluindo os apenados. Porém, o que se depara nos dias atuais é o absoluto desrespeito aos direitos e garantias constitucionais, a pessoa passa a ser duplamente penalizada, pelo delito que cometeu e pelo tratamento negligente que recebem nas prisões. Apesar de que esses maus tratos, muitas vezes, são reforçados e até esperados pela sociedade que acredita que aqueles que estão presos devem viver na tortura, no sofrimento. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana não é discriminatório, ele alcança a todas as pessoas presas

ou em liberdade, talvez se a população se conscientizasse que aqueles que praticaram algum delito deveriam receber o julgamento que a Constituição Federal do Brasil (1988) determina, os apenados não receberiam tanto desprezo (Silva, 2013).

Em realidade, o Estado brasileiro usa da prisão como um tipo de vingança social (Silva, 2013), isolando o criminoso do seu convívio, não há investimentos em prevenção e tratamento para os apenados, apesar de o Sistema Penitenciário Brasileiro descrever como seu objetivo a ressocialização, educação e consequente punição pelo crime cometido, assim espera que uma vez preso venha refletir sobre os atos praticados e possa se arrepender pelos prejuízos que causou a outrem.

A situação é muito delicada, dado o aumento da população carcerária, o Brasil possui a quarta maior população penitenciária do mundo, em 2011 eram 514.582 apenados, sendo que 6,6% desse total equivalem a mulheres, proporcionalmente, a população carcerária cresceu mais do que a população brasileira em geral. Em relação ao sexo, os dados são ainda mais alarmantes, visto que a população carcerária masculina dobrou, a feminina triplicou, ou seja, entre 2000 e 2010 os números mostraram que houve 106% de aumento para homens e 261% para mulheres. Ressalta-se que o percentual de novas instituições penais não cresceram no mesmo ritmo, sendo de 5,9% de 2007 a 2009, o que equivale a um déficit de 126.962 em 2009 segundo informações do DEPEN (Lima, G. B. D., Pereira Neto, A. F., Amarante, P. D. C., Dias, M. D., & Ferreira Filha, M. O., 2013).

Mesmo assim o sistema não está preparado para efetivamente promover a ressocialização, não reeduca, acontece o inverso, conforme o CNJ – Conselho Nacional de Justiça (2012), faltam melhorias tanto nas instalações estruturais quanto em pessoal capacitado para trabalhar a reeducação do preso. Outra área problemática nas prisões é a saúde, que é um direito de todos e dever do Estado, garantido constitucionalmente (CF, art. 196) e como tal, deve ser usufruído pelas pessoas que se encontram privadas de sua

liberdade. Entretanto, o que encontra nas casas penitenciárias são doenças gravíssimas, como as DST's (doenças sexualmente transmitidas), AIDS, pneumonia e a tuberculose, que é considerada uma enfermidade “típica” das prisões. Muito mais que um direito, tanto da mulher quanto da criança, (arts. 14, § 3º e 89, da LEP, c/c art. 8º §§ 4º e 5º, do ECA) os cuidados médicos, bem como o apoio social, durante a gestação e após o parto são fundamentais para minorar as consequências perversas do cárcere. Entretanto, faltam medicamentos, profissionais da área de saúde são poucos e nos casos graves os presos precisam ser levados a hospitais públicos com escolta policial (Silva, 2013).

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, é a lei suprema do país, garante amplos direitos aos cidadãos, no art. 5º versa sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, em seu inciso L reserva direito especialmente às mulheres encarceradas ao preconizar: “às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”. O que representou grande conquista para as mulheres grávidas privadas da liberdade, entretanto esse direito esbarra até hoje na ineficiência do Estado em estruturar espaços para mãe e bebê no cárcere, visto que as prisões brasileiras não foram projetadas para abrigar mulheres, em se tratando de mãe e bebês a questão ainda é mais crítica e precisa de cuidado por parte dos governos. A proteção constitucional refere-se que é de responsabilidade do Estado garantir a saúde das presas grávidas ou não, quanto à grávida deve-se protegê-la e assegurar sua saúde com acesso ao acompanhamento pré-natal, alcançando assim também os direitos da criança previstos no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

A Lei de Execução Penal (LEP) (Lei 7.210/1984), no seu art. 10 afirma que o Estado tem o dever de dar assistência ao preso ou presa, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, sendo esta assistência ampla englobando, dentre outras, a área social e a saúde. No art. 14 §3º, explicitamente, a LEP assegura que

será feito acompanhamento médico à mulher, principalmente, no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido; parágrafo que foi introduzido pela lei nº 11.942 de 2009. Esse direito é fundamental para que a mulher viva sua gravidez com a segurança de exames que investiguem possíveis diagnósticos de problemas com o feto ou mesmo com a prevenção de doenças pré-natais. A condição da gravidez da mãe, com boa alimentação, suporte emocional dentro do cárcere, além de saúde física e psíquica são essenciais para o desenvolvimento intra-uterino do feto.

Contudo, o previsto na LEP não é cumprido pelo sistema penitenciário, especialmente, com relação às mulheres, que cumprem penas em locais inapropriados. Ferrari (2010) ressalta que o relatório produzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial, criado a partir do decreto presidencial sem número de 25 de maio de 2007, cujo objetivo era elaborar propostas para a reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino, concluiu que este não está preparado para receber mulheres. Em se constatando que as prisões estão inadequadas para homens, para o público feminino a situação é crítica, revela-se ainda mais problemático para receber mulheres, na construção dos presídios no Brasil não se levou em conta as particularidades do público feminino, como exemplo, não há banheiros que dêem privacidade e cujas divisórias sejam inadequadas. Dentre tantas recomendações do relatório supracitado, está a distribuição de absorventes íntimos para todas as presas, construção de celas individualizadas, berçários e espaços adequados para que a mãe encarcerada permaneça e amamente seu bebê.

Além disso, faz-se necessário levar em consideração as características femininas, que diferem das masculinas, quanto ao vínculo afetivo com seus familiares, especificamente, filhos e companheiro, são as mães as principais guardiãs das crianças em nossa sociedade (Stella, 2009). Em relação à questão familiar, pesquisas demonstram que as mulheres ingressam no mundo do crime pela condução do companheiro ao que se refere

ao tráfico de drogas, no qual as mulheres iniciam ajudando o homem no negócio, com pequenas participações para depois desenvolverem o seu próprio comércio (Boiteux & Pádua, 2013).

Há um fato indiscutível que é o aumento da população carcerária brasileira tanto masculina quanto feminina e isso serve de alerta para as condições em que estão essas mulheres que engravidam e têm seu bebê no cárcere ou são presas logo após o parto. O aumento de mulheres presas não se deve apenas ao fato de que elas estão ingressando mais no mundo do crime, ou seja, praticando mais delitos, mas também porque a maioria se envolve com o tráfico de drogas e após a implantação da Lei 11.343/2006, chamada lei antidrogas, que trouxe mudanças significativas quanto ao enquadramento penal do tráfico de drogas tornando-se mais incisiva no que se refere a esse crime.

Destaca Viafore (2005) que data do século XI o que pode ser descrito como primeiros indícios de criminalidade feminina, em que os tipos de delinquência estariam relacionados com bruxaria e prostituição, ou seja, comportamentos da vida íntima e da sexualidade da mulher, justamente, porque se esperava que a mulher assumisse o papel idealizado para ela de mãe e esposa submissa. Os conceitos de criminalidade mudam com o tempo, do ponto de vista jurídico é uma conduta de ação ou omissão que viola a lei preestabelecida e do ponto de vista da sociedade é um fenômeno social. O tráfico de drogas é um crime envolvido com episódios de muita violência, normalmente, causam conflitos com armas e dizer que a maior taxa de crimes que a mulher participa é de tráfico de drogas, é dizer que ela é uma agente ativa no aumento da violência também, sendo vítima e autora dessa violência (Souza, 2015).

Segundo Boiteux e Pádua (2013), há que se falar em uma desproporcionalidade da referida lei no poder de punir em comparação a outros delitos considerados até mais danosos para a sociedade, historicamente, a lei antidrogas recebeu um tratamento mais

rigoroso por parte dos legisladores, tendo recebido penas mais longas em pouco espaço de tempo, enquanto outros delitos graves como o estupro e o homicídio mantiveram uma constância, não tiveram sanção significativamente aumentada como o delito das drogas ilícitas e esse agravamento acarretou aumento de custos humanos e econômicos para o país.

Os autores supracitados questionam a coerência do estado no tratamento dos crimes de drogas e insistem que a resposta estatal prioritária, que é a privação de liberdade, prescindindo de outras ações mais eficazes em longo prazo como as políticas de prevenção, não inibem o tráfico de drogas, ao contrário, na última década cresceu assustadoramente.

A violência urbana e a delinquência da juventude têm como centros de irradiação os bairros pobres e periféricos, (Wacquant, 2001). Mesmo ao analisar a realidade americana, percebe-se em Wacquant (2001) o quão são atuais suas análises críticas, pois na nossa sociedade observa-se um Estado que busca dirigir e manobrar a vida dos vulneráveis, com técnicas agressivas de segurança, falta de controle quanto ao desemprego em massa e o que resta aos pobres é o assistencialismo, a miséria ou a prisão. Ou seja, a política social não visa melhorar a vida dos pobres, ao contrário, o Estado busca conter as massas e ir de encontro os desviantes, porque só há dois caminhos para estes que é a rede assistencial ou a rede punitiva que busca excluí-los da sociedade.

No Brasil são poucos os espaços prisionais reservados para cuidar de bebês, mesmo os que existem, não se encontram adequadamente prontos para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento saudável da criança (Armelin, Mello & Gauer, 2010). Sobre a mulher, o próprio Estado ressalta a importância e necessidade de um espaço adequado para a mãe presa permanecer com seu bebê visando, inclusive, garantir a saúde mental da criança, visto que é imprescindível que o bebê fique com a mãe nos primeiros meses de

vida para um desenvolvimento saudável (Brasil, 2008). Conforme a pesquisa realizada por Armelin, Mello e Gauer (2010), as encarceradas são mais beneficiadas por ficarem junto com seu bebê, visto que não se conhece os supostos prejuízos que a criança terá no seu desenvolvimento futuro. O sofrimento no cárcere torna-se maior para essas mulheres ao ficarem longe dos filhos, pois “a criança passa a ser a única coisa que elas têm lá dentro”.

Na estruturação do sistema prisional brasileiro, não se observa atenção ao crescente fenômeno de crimes cometidos por mulheres e a responsabilidade das instituições governamentais com os filhos dessas, em especial, os recém-nascidos cuja presença materna é essencial para sua sobrevivência. A Unidade Materno Infantil (UMI) em Belém do Pará atende as internas que estejam grávidas ou amamentando, trata-se de uma precursora na tentativa de acolher essas mulheres com flexibilidade quanto às características de um cárcere, sem hostilidade e falta de higiene de uma cela.

Destaca Viafore (2005) que a gravidez, por si só, já é um estado no qual a mulher se encontra com múltiplas sensações alteradas, ao ter outro ser crescendo dentro de si, surgem preocupações quanto ao nascimento da criança e também quanto a sua própria identidade e liberdade de mulher, corpo e psíquico em transformações que geram ansiedade e a mulher experimenta a crise da gravidez. Ao se deparar com esse quadro típico da gravidez em uma mulher encarcerada, a prisão representa aspecto estressor para a grávida podendo levá-la a uma desestabilização emocional.

A autora (Viafore, 2005), acrescenta que se faz necessário registrar que as angústias, crises físicas e nervosas poderão ser absorvidas pelo embrião, no cárcere a tendência é de a grávida conviver com mais conflitos com outras detentas e consigo mesma pela inconformidade de estar num ambiente hostil, onde poderá dormir em um colchão desconfortável, numa cela sem higiene, se sente dor ou fome tem que aguardar os horários estabelecidos pela penitenciária. Segue Viafore (2005) esclarecendo que não se

questiona a pena privativa de liberdade, visto que é prevista na lei e a grávida em questão a infringiu, o que precisa é trabalhar para melhorar o ambiente para ela evitando assim menos prejuízos ao feto.

A realidade atual exige maior mobilização e reflexão sobre a necessidade de políticas públicas direcionadas às mulheres que ingressam no sistema prisional, em especial, as grávidas e as mães. Mais estudos sobre a temática mãe-bebê no cárcere, dando destaque às urgentes mudanças por melhorias, chamarão a atenção de governantes e da população de um modo geral, a fim de aumentar a assistência a eles. Pouco é discutido sobre as implicações de crianças dentro de uma prisão, especificamente, se haverá prejuízos ao desenvolvimento do bebê na primeira infância que, apesar de não cometer nenhum delito, vive preso por grades, crescendo em um ambiente hostil (Santa Rita, 2009).

Vale destacar que, não obstante mais da metade da população carcerária feminina é formada por mulheres solteiras, tanto os filhos destas como das mulheres casadas, em sua maioria, ou os pais estão presos ou são ex-presidiários (Brasil, 2008). Fato que contribui para um contexto social de maior vulnerabilidade do bebê, estando pai e mãe envolvidos em crimes suas chances de um futuro tranquilo e promissor serão reduzidas.

Para este estudo é irrelevante a tipificação do delito cometido pelas encarceradas, no entanto, não se podem ignorar os dados que requerem uma discussão, sobretudo, pelo crescente índice de crimes e violências no estado do Pará. Segundo o relatório da Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIPE-PA) de dezembro de 2015, a população carcerária no Brasil, entre dezembro de 2005 a junho 2014, soma 607.731 presos, sendo que a capacidade do sistema é somente para 376.669 vagas, o que causa a superpopulação que ultrapassa em 56,99% a capacidade do sistema carcerário. No Pará, segundo o relatório referido acima, a população carcerária totaliza 13.300 presos, o que corresponde a 58% a mais da capacidade das vagas disponíveis no Estado que é de 8.439 e

o número de encarceradas é de 730. Com esses dados, o Pará figura como o 13º Estado em população carcerária absoluta. O crime de tráfico ilícito de drogas (lei 11.343/2006) representa, segundo o relatório, 72% da tipificação criminal imputada às mulheres, haja vista constar no relatório 529 casos. Sendo que são pessoas com baixo nível de escolaridade, uma vez que 57,58% possuem apenas o ensino fundamental incompleto de acordo com o relatório.

Com o panorama acima descrito infere-se que o sistema penitenciário, de um modo geral está em crise, não consegue alcançar seu objeto maior, a reintegração social. Percebe-se que os apenados e até mesmos presos provisórios sob a tutela do Estado não tem sequer o direito fundamental de dignidade da pessoa humana (CF, Art. 1º, inciso III) haja vista serem depositados e amontoados em celas sem as mínimas condições de convivência sadia. O Estado após a privação da liberdade do individuo não consegue o intento da conscientização dos presos para que não voltem a delinquir.

Na delicadeza da relação da mãe com o filho recém-nascido, é imprescindível que essa relação seja estabelecida desde o parto, consoante os ensinamentos de Winnicott (1979/1988), a mãe tem papel fundamental na construção do ego e personalidade do bebê, a disponibilidade materna para cuidar da criança, suprir-lhes as necessidades, são as bases do vínculo entre eles. Há, nessa fase, uma condição de dependência absoluta do filho por sua mãe, se algo frustra essa dependência por estar a mãe em desarmonia emocional, insegura quanto a sua maternagem, isso poderá ser negativo para a formação do self do bebê.

Ademais, se é conhecido como uma das principais conseqüências do ambiente carcerário no ser humano como sendo a sua despersonalização, porquanto, o cárcere como instituição total (Goffman, 1961/1974), que leva os encarcerados à renúncia de seus papéis sociais antes de serem presos, especificamente, a mulher grávida encontra-se desfigurada e

submetida ao condicionamento da instituição, situação que tornará difícil prever o futuro de uma criança convivendo nesse contexto. Percebe-se que mãe e bebê, no cárcere, necessitam de quem os ampare e acolha emocionalmente, pode ser um ao outro, enfim, desde que o resultado seja um futuro afetivamente mais forte para essa pessoa que nasceu encarcerada.

1.2 A Relação mãe-bebê: processo de desenvolvimento

Para compreensão do processo de desenvolvimento infantil a partir da relação mãe-bebê que se inicia na gravidez desde a construção da imagem de um bebê idealizado. Com efeito, o nascimento causa um impacto porque a imagem idealizada diverge do bebê real, tal contato com a realidade depois de uma espera de nove meses a mãe encontra-se emocionalmente sensível para colocar a criança como objeto de investimento libidinal que se apresenta desde que a grávida organizava as roupinhas do bebê, escolhia seu nome, dentre outras coisas e que essa preparação foi importante para que com a chegada do bebê real esse primeiro encontro não seja um choque (Teixeira & Lemos, 2012).

Todavia, quando a mãe ou cuidador não se sente em condições de se ligar a esse bebê real, o mesmo experimenta uma carência de afetos e cuidados necessários à sua condição, conforme resultados da pesquisa realizada por Nascimento e Pedroso (2013), cujo bebê observado no abrigo recebia cuidados desconectados das reais necessidades da criança, por sua vez, a mesma mostrava-se disponível e em busca do outro, ou melhor, de quem o acolhesse.

O bebê ao nascer é um ser vulnerável, que não sobreviverá sozinho, pois depende de quem o cuide e ainda não consegue se comunicar pela fala, o ser humano necessita que alguém supra suas necessidades vitais, pois morrerá se estiver por conta de seus próprios meios quanto às questões básicas de alimentação e higiene. Entretanto, não se trata apenas da questão nutricional e fisiológica, é essencial para o recém-nascido ter

quem o ampare, quem o envolva. Naturalmente, é a mãe quem assume essa função, porém essa também pode ser feita por um cuidador eventual ou permanente, o qual precisa propiciar o estabelecimento de vínculos com o bebê a fim de proporcionar um desenvolvimento emocional saudável ao mesmo (Winnicott,1987/2013).

Sabe-se, hoje em dia, que o bebê experimenta emoções desde o nascimento por meio de trocas afetivas, comumente, em contexto familiar com os pais ou com familiares. Contanto que o recém-nascido tenha a presença de uma figura constante que represente para ele acolhimento, que o sustente e o carregue no colo, de modo que lhe forneça segurança, pois já há desde o nascimento a possibilidade de a personalidade da criança ter algum tipo de relação com o mundo exterior (Almeida, 2015).

Ressaltam-se, também, as influências ambientais que, segundo Caron (2000), estão presentes desde a concepção, por meio da história de vida dos pais, além das suas fantasias, há as experiências reais associadas às escolhas, não só a história emocional pregressa dos pais tem influência direta na vida do bebê e poderá marcar até sua vida adulta. Isso é importante em se tratando de uma pesquisa observacional em cárcere que seria o ambiente menos adequado para criação de um bebê e ainda correlacionar isso ao fato de que essa mãe está cumprindo uma pena, aquela considerada criminosa.

A mãe é a imagem mais necessária para o estabelecimento de uma constância de cuidar, mesmo na fase em que os bebês dormem muito, há atividade psíquica a qual será fundamental para a formação da personalidade adulta. Não se trata de atribuir um valor sentimental e idealizado às mães, mas de ressaltar a sua importância no fortalecimento psíquico do seu filho, constata-se que por um longo período a mãe é o bebê e o bebê é a mãe, sem caracterizar uma conotação romântica nisso (Winnicott, 1988/2013).

Nem sempre foi assim, antes de Freud (1914/1996), durante muito tempo, acreditava-se somente no que podia ser visualizado, no concreto, momento em que a

ciência valorizava o racional, com medo de ser confundida com misticismo, defendia-se que o bebê até dois anos de idade não vivenciava emoções, não havia nenhum tipo de contato com o mundo externo pelo fato de que se defendia que a personalidade não estava presente. Contudo, os estudos de Freud (1914/1996) surgiram para revolucionar o que era dito sobre os bebês até então, pois segundo sua teoria, além de ser dotado de emoções em desenvolvimento, o bebê ao nascer apresenta também instintos sexuais.

Desde o princípio da vida, a mãe estaria para o bebê como um objeto sexual (Freud, 1914/1996), a saber, o seu primeiro que influenciaria as escolhas futuras dos objetos sexuais na fase adulta. A mãe tem como função saciar o bebê tanto fisiologicamente, alimentando-o, quanto no que se refere nas necessidades sexuais do mesmo.

A própria medicina na década de 60 comprovou, através de exames tecnologicamente desenvolvidos para a época, que antes mesmo do nascimento, o feto ouve e experimenta sensações dentro do útero, enfim que é um ser com muito mais recursos do que se supunha. Ademais as contribuições sobre o psiquismo fornecidas pela psicanálise, surgem da medicina descobertas fisiológicas que trouxeram mudanças em como se entendia o recém-nascido até então (Almeida, 2015).

De acordo com seu interesse pela vida do bebê no útero, Piontelli (1995) realizou estudos nos quais demonstrou que determinadas experiências intra-uterinas podem marcar o aspecto emocional e, futuramente, o próprio comportamento infantil. Ela defendia que os bebês já nascem com certa memória fisiológica do ventre materno, algo meio rústico que necessita da interação com o meio para a formação do psíquico. Acredita-se ser importante que futuros estudos investiguem sobre a vida pré-natal da mãe encarcerada, se houve acompanhamento médico adequado, se a gravidez ocorreu dentro da casa penal ou se foi

presa já gestante, para identificar prováveis determinantes em seu desenvolvimento psíquico.

Preocupado com velhas práticas médicas voltadas apenas para os aspectos físicos, Winnicott (1988/2013) passou a fazer críticas a elas, salientando que as mães, por estarem mais tempo com os filhos, são as verdadeiras responsáveis pelo que ocorre com os mesmos. Exemplificando que as dificuldades na amamentação não decorrem de impropriedades bioquímicas do leite, mas sim da não adaptação das mães ao que o recém-nascido precisa. Assegurou que o que há de mais decisivo quanto aos cuidados de bebês está relacionado aos termos segurar e manipular, se forem bem feitos ajudam no processo de maturação. Na verdade, o autor estava dando conta de algo que vai além do físico, na verdade segurar e manipular tem uma importância decisiva para o conforto psicológico do bebê.

Conforme ressaltou Freud (1914/1996), no início da vida o ser humano não apresenta um ego, não há uma unidade que o represente, defendia que o ego precisa ser desenvolvido. Entretanto, já estão presentes desde o nascimento os instintos auto-eróticos que necessitam ser acionados e acrescentados por uma ação psíquica que resultará no narcisismo, que funcionará como fase intermediária necessária entre o auto-erotismo e o amor objetal. Nessa fase, a pessoa está envolvida em seu próprio desenvolvimento, canaliza suas pulsões sexuais para si mesmo, em uma expressão auto-erótica, há um investimento em seu próprio corpo, ainda não há objeto. Nesse processo, a pessoa toma para si a imagem de seu próprio corpo reconhecendo como seu, o eu para Freud (1914/1996) não é inato, mas é o resultado de um movimento psíquico que é o próprio narcisismo. Enfim, Freud (1914/1996) definiu o narcisismo como o processo pelo qual, necessariamente, o ser humano irá percorrer em direção à identificação da imagem do seu corpo, em que vai se apropriando dessa auto-imagem como seu próprio eu. Em seguida,

ocorrerá um afastamento do narcisismo primário, apesar de o sustentáculo desse afastamento ser uma verdadeira luta para se manter no estado anterior, haverá o deslocamento da libido para um ideal de ego que é posto pelo mundo externo e a satisfação agora passa a depender da realização desse ideal (Freud, 1914/1996).

Quando Freud (1914/1996) surpreendeu o mundo com sua teoria sobre pulsões sexuais em crianças pequenas, ele estava falando de um prazer que o órgão obtém em si mesmo, cada pulsão procura satisfazer-se no próprio corpo. Nesse estágio não há a formação de uma estrutura que seria o eu, muito menos uma diferenciação do mundo externo. Entretanto, este é um fenômeno canalizador que seria o narcisismo primário para a constituição do eu, passando o investimento libidinal a um objeto externo. O bebê precisa passar por esse processo de abandono do auto-erotismo para um investimento objetual, a fim de que haja a constituição do eu e do objeto. Por outro lado, a mãe tem no bebê o seu objeto de desejo, cuja gravidez sente-se narcisicamente gratificada e que o bebê virá suprir todas as lacunas deixadas por seu próprio narcisismo enfraquecido. Todas as perdas que teve na infância e que serão reatualizadas na constituição de seu ideal materno que inclui o bebê fruto de sua fantasia.

Ressalta Freud (1914/1996) a importância dos pais diante do narcisismo primário dos filhos, afirmando que o amor que estes dedicam ao filho revela-se como o narcisismo renascido deles próprios, transformado em amor. Isso quer dizer que há um encontro, o narcisismo primário do bebê tem todo o seu poder quando se mescla com o narcisismo renovado dos pais. A partir do momento em que o bebê consegue diferenciar seu próprio corpo do que está à sua volta, é capaz de reconhecer suas necessidades e quem as satisfaz, ocorre um investimento no objeto, surge o objeto, geralmente a mãe e o seio, agora as pulsões sexuais são direcionadas para esse objeto, aqui temos o narcisismo secundário na sua primeira fase. Quando a criança é capaz de perceber que o mundo de sua mãe não se

resume a ela, abre-se uma ferida, o bebê perde poder, contudo ele buscará ser amado pelos outros e agradá-los dentro de um ideal de ego que é remanescente do narcisismo perdido.

Por outro lado, Klein (1957/1974) trabalhou com bebês em clínica e formulou sua teoria balizada na psicanálise freudiana, entretanto Klein (1957/1974) diverge deste quanto ao narcisismo porque ela acredita que as relações objetais existem desde o nascimento, discordando assim do narcisismo primário de Freud (1914/1996) para Klein (1957/1974) não é o narcisismo o constituinte do eu. A intenção puramente narcisista é uma postura agressiva e de inveja, na visão de Klein (1957/1974) o narcisismo implica em uma identificação do ego com o objeto ideal internalizado, desde o nascimento o bebê é frustrado quando se depara com realidade, há um impacto para ele. Existe um ego imaturo no nascimento defrontando-se com a realidade que causa ansiedade e trauma, situação que propicia a projeção e angústia ante o seio materno, origina-se o sentimento de perseguição e a divisão do seio em bom e mau para o bebê.

Para Klein (1957/1974), o seio materno está muito além de uma função de nutrição, seria o objeto primário introjetado e a base para um desenvolvimento adequado, está além de necessário para a própria vida do bebê. O seio materno não é apenas a fonte de alimentação que se apresenta para o bebê como algo bom ou mau e que proporciona conforto ou desconforto, portanto a chave para um desenvolvimento infantil pleno estaria na segurança de um objeto primário enraizado. Enquanto objeto mau, o bebê projeta no seio tudo aquilo que possa lhe causar um mal estar, em contrapartida que o seio experimentado como bom representa satisfação para o bebê. Ainda não separados, seio e meio ambiente, são percebidos pelo bebê como algo que satisfazem ou incomodam (Klein, 1957/1974).

O seio é a fonte de alimento para o bebê, contudo possui duas funções: uma que é boa e representa conforto, bem-estar e a segunda que gera desconforto e mal-estar. A parte

boa significa para o bebê toda a satisfação, introjetando o que é bom, enquanto que o seio que causa angústia, o mesmo projeta nele tudo o que é mau. Quanto ao meio, o bebê faz as mesmas representações boas ou más de acordo com as percepções que tem do mesmo, guardando o que lhe é bom e projetando o que lhe é mau no ambiente, utilizando o mesmo veículo que é o seio (Klein, 1957/1974). Ao fazer uso desses conceitos, Klein (1957/1974) ressaltou que desde muito novo o bebê tem condições de qualificar objetos como bons ou maus e ter sentimentos em relação a eles. Estes sentimentos ou afetos estariam vinculados à formação da estrutura do ego, inveja e raiva seriam os primeiros sentimentos apresentados pelo bebê.

O bebê nasce com potencial para o desenvolvimento, para o amadurecimento, depende apenas de que o ambiente favoreça isso; no princípio, o ambiente do bebê é a própria mãe, não apenas o seio. Winnicott (1988/2013) privilegia o ambiente em que o bebê vive, a mãe faz parte desse ambiente a partir de sua disponibilidade e adaptação às necessidades de seu filho. É importante salientar que Winnicott (1988/2013) foi um médico pediatra o que causou muita influência em suas formulações teóricas, entretanto ele buscava acrescentar à sua experiência profissional quando se interessou pelos aspectos subjetivos de cuidados dos bebês, tornando-se enfim um psicanalista.

Por sua vez Klein (1975/2006) priorizava a análise com crianças nos primeiros meses de vida, acreditava que ao se pesquisar a vida emocional inicial dos bebês com o emprego de criteriosa observação, um “insight” poderia indicar como eles se desenvolveriam mental no futuro. A relação com a mãe e com o seio representa a primeira relação de objeto que o bebê teria a qual seria decisiva para um psiquismo saudável, defendia Klein (1975/2006).

Freud (1914/1996) atribuía à dependência do bebê pela mãe como verdade incontestável de achado universal, há um bebê que se desenvolve, principalmente em

instintos, é um ser que se lança em busca de algo e do outro lado há a mãe sensibilizada pela radical mudança hormonal em seu corpo e que, biologicamente, está disponível para receber seu filho.

O interesse por estudar os primeiros meses de vida se dá porque se acredita que muito se saberia dos conflitos de adultos ao se conseguir desvendar o psiquismo dos bebês, quando se observa o comportamento social de um adulto em seus relacionamentos sob a perspectiva psicanalítica, é preciso analisar como essa pessoa se desenvolveu desde a infância (Klein, 1959/2006). Contudo, Teixeira e Lemos (2012) destacam que o vínculo entre mãe e bebê na vigência dos primeiros meses de vida tem importância para cada um dos integrantes da díade não somente para a criança, muitas das vezes a mãe abandona outros interesses e estabelece uma ligação exclusiva com o filho. Entretanto, há mães que não estão preparadas para essa experiência e não conseguem adaptar-se ao meio que agora existe um bebê que precisa integralmente dela, em função dessa incapacidade o ambiente não será suficientemente bom e saudável para o infante.

Ao nascer, a criança é um ser que necessita de cuidados para se desenvolver, pois está indefeso e desintegrado. A mãe, ou outro cuidador eventual ou permanente, apresenta uma importância decisiva para o bebê não apenas quanto ao crescimento físico, mas é determinante para uma vida emocional saudável, visto que o ambiente adequado ao desenvolvimento do bebê é a própria mãe (Winnicott, 1988/2013).

A relação mãe-bebê na vigência dos primeiros meses de vida do infante representa o marco na formação do aparelho psíquico. O vínculo estabelecido entre mãe e filho é essencial para um desenvolvimento satisfatório, pois essa seria a base de sustentação da formação emocional da criança. Dessa maneira, a função materna, aliada às condições ambientais favoráveis são fundamentais para um desenvolvimento saudável tanto física quanto psiquicamente (Winnicott, 1987/2013), as interações com a família e a mãe,

funcionariam como o suporte para a evolução das capacidades mentais, físicas e sociais do bebê.

Almeida (2015) ressalta que ao nascer o bebê se lança em busca de algo, em contrapartida há uma mãe biologicamente preparada para atender o bebê, nesse clima ocorre a primeira mamada, em sendo satisfatória, há o encontro da díade, o contato é bom e a tendência é que as outras mamadas transcorram da mesma maneira. Todavia se essas experiências iniciais forem tensas e conflituosas, esse poderá ser o padrão de medo e insegurança no contato dessa mãe com seu bebê.

O bebê precisa do outro para constituir-se enquanto sujeito, precisa do olhar e da voz da mãe ou de quem esteja nesse papel, Winnicott (1975) partiu de experiências clínicas para concluir que o rosto da mãe é o espelho do filho, dizia que quando o bebê olha para sua mãe e vê a si mesmo, o esperado é que ambos se entreolhem, que ocorra uma troca, porém como salientou Winnicott(1975) nem todas as mães estão preparadas para essa experiência e assumirem o lugar do espelho do filho, situação que poderá ter consequências negativas para o desenvolvimento emocional do bebê.

Após o nascimento, estabelece-se uma comunicação entre mãe e bebê, este não consegue demonstrar o que sente pela ausência da fala, além da própria incompreensão do que ocorre com ele, antes disso, o bebê ainda não é capaz de perceber o que é o “eu” e o “outro”. Quando a mãe realiza uma troca de fralda ou alimenta seu bebê, não está suprimindo apenas uma necessidade fisiológica, mas estabelece uma ligação com ele, está informando-o que compreendeu do que ele necessita. Se a mãe está disposta e continente (Bion, 1994) quanto a atender o que o infante precisa, dar-se-á o fenômeno da introjeção do bom objeto (Bick, 1968/2011), este objeto é a própria mãe proporcionando a constituição e a delimitação do bebê. O precoce mecanismo de introjetar bons e maus sentimentos,

apreendidos de bons e maus objetos, tornam-se decisivo na formação da estrutura do ego (Klein, 1957/1974).

O bebê, ao nascer, encontra-se com suas partes psíquicas desintegradas, não há um todo emocional unificado, seria um estado inicial de não-integração, assim sendo ele não consegue se compor sozinho e precisa desse objeto externo, a mãe, para unificá-lo. Seria uma necessidade primordial do bebê de que as partes de sua personalidade sejam unidas por algo externo e continente. Tal entendimento, Bick (1968/2011) nomeou de “pele psíquica”, necessária para que o bebê possa se sentir seguro. Da mesma forma que os órgãos do corpo têm na pele física o seu limite e amparo, sem a qual o corpo se desmancharia, se não houver a introjeção do objeto bom e a formação da pele psíquica, o bebê não conseguirá formar a sua personalidade, tampouco juntar suas partes psíquicas e, enquanto adulto, poderá não ter desenvolvido condições emocionais para enfrentar suas dificuldades e angústias (Bick, 1964).

Por meio do contato de pele, boca e seio, ou seja, das primeiras experiências de trocas sensório-corporais entre o bebê e sua mãe (Freud, 1912/1996), constituem-se as primeiras noções de delimitação de lugar, espaço, da presença do outro e próprio self. No decorrer do primeiro ano de vida, com as repetições de contato com a mãe, acredita-se que o bebê ao constituir a sua pele psíquica, torna vingueiro um desenvolvimento emocional benéfico à formação de seus próprios pensamentos (Bick, 1964). Caso a integração do bebê não ocorra, ele vivenciará um total desamparo e sensação de estar se esvaziando, por conseguinte o objeto continente é indispensável para conter ansiedades e vivências trágicas do mesmo, para Bick (1964) este objeto continente é experimentado pelo bebê concretamente como uma pele.

No que concerne ao desenvolvimento psicológico precoce do ser humano, a importância refere-se na qualidade dos cuidados iniciais na vida do bebê, em especial os

dispensados pela mãe que poderão ser determinantes de um futuro psíquico satisfatório, salienta Winnicott (1979/1988) salienta que o indivíduo possui uma tendência inata para o crescimento, devido seu interesse quanto às bases psíquicas formulou um método de “Observação de bebês em uma situação estabelecida” com base em sua teoria do amadurecimento humano.

A referida teoria do amadurecimento humano de Winnicott (1979/1988) assegura que o bebê ao nascer é um ser não integrado, consta de um conjunto desorganizado de pulsões, instintos, capacidades físicas e motoras que se incorporam a partir do desenvolvimento de modo que consiga formar uma imagem unificada de si mesmo e do ambiente a sua volta. Trata-se de um processo natural esse desenvolvimento para o bebê, segundo o autor o ser humano nasce com um potencial para o desenvolvimento, contudo é dependente de um ambiente facilitador que o incentive. A mãe representa este ambiente propício, que Winnicott (1987/2013) conceituou como “mãe suficientemente boa”, a qual é presente e dedicada ao seu bebê, dá a atenção ao que ele precisa, mantém-se atenta às necessidades primitivas dele para provê-las, ela é a responsável por criar condições favoráveis na relação mãe-bebê, o que contribui a uma criança forte e estável psicologicamente.

Essa mãe funcionará para o bebê como um “ego auxiliar” e faz surgir o sentimento de unidade entre os dois, é nesse momento quando o bebê encontra-se totalmente dependente da mãe, ocorre a ilusão de que o seio faz parte do corpo do bebê. É desta relação que se fundamenta o nascimento da psique infantil (Winnicott, 1979/1988). Segundo Winnicott (1979/1988), a mãe deve ser atenta, perceber as necessidades de alimentação e de higiene do seu filho, e também as necessidades emocionais como acalanto. Mostrar-se sensível e à frente dos imprevistos do bebê, contribuir para um ambiente seguro e tranquilo para o mesmo. Quando a mãe carrega e envolve seu filho no

colo, assume a postura de “holding” (Winnicott, 1979/1988) ela lhe transmite amor, o qual é o apoio que o recém-nascido necessita. Relação mãe-filho é mais profunda do que relacionamentos triangulares, a separação, a sensação de desintegração e a incapacidade de estabelecer contatos são questões mais profundas na realidade psíquica (Winnicott, 1979/1988).

A extensa contribuição das teorias clássicas (Winnicott, 1979/1988, Klein, 1957/1974, Bick, 1968/2011) sobre o desenvolvimento emocional da primeira infância, oportunizou entender que a gênese dos afetos bem como das patologias mentais está diretamente vinculada à figura materna. A mãe é objeto de amor e ódio para o bebê (Klein, 1957/1974), a partir de desejos infantis mais primitivos quando a criança sente algum desconforto, a percepção que ela tem da mãe é ambivalente.

O estudo do desenvolvimento infantil precoce sob a perspectiva do cárcere mostra-se ainda mais complexo, visto que as peculiaridades do contexto prisional demandam outras questões no ambiente, tais como a futura separação da díade, interferências nos cuidados maternos, além da tensão que há nos relacionamentos na rotina de uma casa penitenciária entre as internas e destas com as funcionárias, o que poderá problematizar o cuidado e a relação mãe-bebê encarcerados.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Analisar o desenvolvimento emocional do bebê na relação com a sua mãe em contexto de cárcere.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar os eventos ocorridos de cuidado e de rotina entre a mãe com seu filho dentro da unidade penal.
- Investigar o desenvolvimento emocional dos bebês a partir de uma situação de encarceramento da sua mãe.

3 Método

O método é o caminho percorrido com etapas previamente delimitadas com o propósito de estudar determinada problemática, não há idéias pré-concebidas, especificamente neste estudo, deve-se libertar de teorias no momento da pesquisa. Este trabalho de abordagem qualitativa procurou entender os fenômenos observados por meio do significado produzido na relação pesquisadora e participantes em um ambiente carcerário especial que acolhe, temporariamente, mães e recém-nascidos. É trabalhada a subjetividade humana a partir de uma técnica de caráter descritivo, que é a mais indicada para compreender e interpretar os fenômenos, por meio da visão abrangente do ambiente do contexto, além do contato direto com o objeto de estudo (Neves, 1996).

É fundamental que o pesquisador compreenda os fenômenos observados a partir do contexto em que eles ocorrem, para em seguida interpretar seus conteúdos. Vale ressaltar que este trabalho teve como ponto central o desenvolvimento emocional do bebê a partir da relação com a mãe, no entanto há um forte cenário que emoldurava essa relação, a saber, o cárcere, o qual precisava ser destacado.

A metodologia utilizada significou um processo dinâmico no qual o contato era direto entre a pesquisadora e o objeto de estudo, ou seja, com as mães e os bebês encarcerados, para compreender os fenômenos sob a ótica destes e então facilitar a interpretação pela pesquisadora. Esta pesquisa obteve dados objetivos por meio da realização de uma entrevista semi-estruturada com cada mulher encarcerada, a fim de se levantar informações sobre sua história de vida desde o seu ingresso na casa penal, dados sobre seu delito, sua condição de saúde e gravidez, relacionamentos familiares e seus

filhos. Dados quantitativos que ajudaram na imersão e conhecimento do mundo das mães encarceradas.

Produzir pesquisa significou ação, pois à medida que esta foi construída também foi interpretada, transformando o processo investigado, por meio de análises em supervisão dos fatos psicossociais; trata-se de um procedimento essencialmente construtivo-interpretativo (Pinto, 2004). O contato direto da pesquisadora com seu objeto de estudo resultou em dados descritivos na fonte destes, no seu ambiente natural, no caso, o cárcere. Dados inclusive da própria pesquisadora participante (Figueiredo e Minerbo, 2006), pois o método de pesquisa em psicanálise assume uma dimensão terapêutica pra todos os envolvidos.

Com a fundamentação na pesquisa em Psicanálise, na qual o processo é de investigação de material inconsciente, o foco está em compreender os fatos, a partir do universo das observadas, foi percorrido um caminho científico com base na teoria psicanalítica, o que se buscou compreender a manifestação psíquica, ou melhor, o inconsciente por intermédio das observações, é justamente ao subjetivo que a pesquisadora ficou atenta, para conhecimento do universo das mães encarceradas e seus bebês, em especial como se desenrola o psiquismo do infante (Figueiredo e Minerbo, 2006).

O que se destacou a esta pesquisa não foram apenas as mães encarceradas, os seus bebês ou até mesmo o ambiente prisional, tampouco apenas a observação rotineira do acontecimento cotidiano, mas o que surge sem lógica, aquilo que está implícito nas manifestações das díades o material a ser investigado que está inconsciente, que surge via transferência ou contra-transferência. Ressalta-se que a ideia de realidade psíquica é acessada pela metodologia psicanalítica, realidade esta que vem a ser a própria realidade do mundo material, ou seja, algo que está submerso, entretanto só com a psicanálise poderá ser revelado (Ceccarelli, 2012).

O método de pesquisa psicanalítica deriva da situação eminentemente clínica entre o analista e o paciente a qual traduz a originalidade de Freud (1912/1996) quanto a construir uma teoria que investigava as doenças por meio da associação livre feita por pacientes, fugia da mera resposta medicamentosa e introduzia um método de investigação novo (Nogueira, 2004). Ocorre entre falantes na Psicanálise, portanto pode-se afirmar que associação livre se trata de um método de ciência humana, “porque só o ser humano é um ser falante” (Nogueira, 2004).

O referencial teórico da Psicanálise, a própria escuta em consultório, produz um conhecimento empregado no fazer pesquisa científica, no modo empírico comum, assim os resultados e dados coletados em um ambiente formal de pesquisa empírica são analisados com base nos conceitos trazidos por Freud (Mezêncio, 2004). São relevantes ao método psicanalítico os processos psíquicos decorrentes do indivíduo observado assim como os que surgem no observador, estes últimos dados, para outros métodos, não são considerados por tratarem da subjetividade de quem observa (Golin, Benetti & Donelli, 2011).

3.1 Método Psicanalítico Bick

O Método Bick de observação de bebês foi desenvolvido pela psicanalista Esther Bick (1968/2011), para ser utilizado como atividade avaliativa para alunos do primeiro ano no curso de formação de psicoterapeutas infantis na Clínica Tavistock em Londres no ano de 1948 para mais tarde ser inserido no curso de psicoterapeutas ministrado no Instituto de Psicanálise Britânico, já em 1960, entretanto o método é a própria Psicanálise aplicada já que o lugar do observador é o mesmo lugar do psicanalista e baseiam-se nos mesmos pressupostos. Conforme Caron (2010), o referido método está fundamentado nos básicos conceitos psicanalíticos, o inconsciente, a atenção flutuante, transferência e contratransferência, os quais trazem os dados necessários à análise científica.

O objetivo de Bick (1968/2011) era incluir alguma experiência prática com lactentes, relacionando quatro principais motivos para incluir essa atividade no currículo desse curso, primeiramente, iria ajudar aos alunos a imaginar o que passavam com as crianças doentes, mais do que isso faria com que os alunos percebessem a sensação que tinham essas crianças na faixa de um a dois anos de idade. O segundo motivo seria aumentar a compreensão por parte do aluno quanto ao comportamento não-verbal e os jogos das crianças que ainda não falam, acreditava Bick (1968/2011) que capacitaria o aluno a entender a história da criança quando este entrevistasse a mãe. Por fim, o que a autora considerou oportunidade única que era a de dar ao aluno a possibilidade de observar o desenvolvimento de uma criança desde o nascimento no ambiente natural deste, no qual irão emergir emoções das relações familiares.

A despeito de não ter sido elaborado como metodologia científica, o método Bick, investiga o desenvolvimento infantil a partir de uma experiência participativa reflexiva desde o nascimento até os vinte e quatro meses de idade, fase decisiva na formação do psiquismo, a partir da transformação da relação do bebê com a mãe e/ou cuidador (Rosa, 1995). Com relação à dimensão técnica, a frequência é de uma visita semanal à casa da criança com duração de uma hora de observação no primeiro ano e uma visita quinzenal no segundo ano (Bick, 1964).

Conforme Bick (1964) realizava observação quantitativa de lactentes mais surgiam inquietações que a levaram a buscar outra forma de estudar o desenvolvimento de bebês, fato que propiciou o surgimento deste método inovador com enfoque subjetivo comprometido com a descoberta de significados em um ambiente emocional sem explicá-los. Não se recomenda teorizar no método Bick, como postulam Oliveira-Menegotto, Menezes, Caron e Lopes (2006), o pesquisador parte de um lugar em que nada sabe, deve se distanciar de teorias e de conceitos prévios, apenas observar o que ocorrer sem alterar o

contexto de movimentos, cuidados, sons direcionados àquele bebê, no seu cenário natural, apenas acompanhar a rotina da díade.

Existe algo único na relação mãe/bebê que se apresenta em uma interação de comprometimento entre os dois, essa pesquisa captou momentos na hora da amamentação, troca de fraldas, banho e brincadeiras, devido estes serem os momentos de maior cumplicidade da díade. Sabe-se que os bebês agem de maneira especial em relação à mãe e também as mães comportam-se de modo especial em relação aos bebês (Mozzaquatro, Polli & Arpini, 2011).

Quanto ao método, são três fases a cumprir pelo método Bick: a observação, a anotação ou transcrição e a supervisão. A primeira fase, a observação, o pesquisador deverá ter uma postura cordial, o mais imparcial possível, evitar intervir no ambiente, manter-se em espera para apenas captar toda a atmosfera que envolve o bebê e sua mãe. A segunda fase deverá acontecer o mais imediatamente após a observação, que se trata em transcrever com todos os detalhes que lembrar, incluídos os sentimentos decorrentes da observação, os fatos que ocorreram naquele dia de observação. Esse processo não é atividade visual, uma vez imerso no cenário, o observador deixa-se envolver por outros sentidos, momento em que o inconsciente comanda e se revela pela mistura da mãe, do bebê e do próprio observador, surgem sentimentos agradáveis, entretanto outros aparecerão confusos ao observador, como agressividade, atribuídos à díade (Perez-Sanches, 1998), questão que será trabalhada na próxima fase que se trata da supervisão dos relatos, os quais contêm o material inconsciente que se revelará por meio da leitura em supervisão, dos fatos que aconteceram no dia (Kompinsky, 2000).

Tal supervisão acontece em dois eixos: aquilo que é observado (relação mãe-bebê) e o instrumento da observação, ou seja, o observador (Souza, 1995). A supervisão funciona com a tarefa de construir o observador, juntamente com o supervisor, a função de

observador será construída, pois as suas intervenções proporcionam reflexões sobre o desempenho do observador, também serão trabalhadas as angústias advindas do *setting* de pesquisa (Melega, 2003). Conscientemente, o observador expõe o que teve acesso com sua observação, verbaliza o que está consciente, entretanto na supervisão é revelado aquilo que está inacessível ao consciente, porém se faz presente revelando o seu mundo inconsciente, temores, angústias, sentimentos que o próprio observador não os reconhece com seus e surpreende-se com eles, o psiquismo evidencia-se e gera um fato psicanalítico (Souza,1995).

Conforme Oliveira-Menegotto et al (2006), há uma importante recomendação ao se utilizar o método Bick, a qual seja de o observador adotar uma atitude de espera, orientado a despir-se de conhecimentos anteriores, desenvolva paciência em apenas observar, permanecer como receptor a evitar antecipações. Deixar-se envolver pelo ambiente, seja discreto e atento a tudo o que acontece ao redor, apesar de ser uma tarefa difícil de manter, o pesquisador deve simplesmente preencher-se pela realidade observada, mesmo que nas observações iniciais ele não consiga compreender as mensagens transmitidas por mãe e bebê, deve-se manter tolerante ao que vê e esse treino ajudará a controlar sua própria ansiedade. Entretanto essa questão é relativa e alguma interferência é inevitável, pois o próprio ato de observar causa alterações no ambiente (Scorsolini-Comin, Nedel & Santos, 2011), deve-se ter ciência que a presença do observador torna o contexto pesquisado diferente. Método Bick é vivência, como ressaltam Nascimento e Pedroso (2013), o observador não utilizará de interpretações terapêuticas no momento de observar, deve se deixar invadir por questões emocionais da criança e da mãe misturados aos seus aspectos é, enfim, expor-se por meio do próprio estudo.

Salientou Bick (1964) a importância do reconhecimento de manifestações da transferência e da contratransferência na dinâmica entre observador, mãe e bebê. De

acordo com os postulados freudianos transferência é a reutilização, a repetição de representantes afetivos atualizados, nos quais os desejos inconscientes reaparecem sobre determinados objetos e com diversas relações estabelecidas. Freud (1910/1996) apontou para o analista quando definiu contratransferência, visto que, segundo seus ensinamentos, este é influenciado pelo analisando em seus sentimentos inconscientes, conseqüentemente, é fundamental trabalhar reações transferenciais e contratransferenciais em supervisão para o entendimento da relação mãe-bebê estudada.

O primeiro encontro do método deve ser, preferencialmente, com os pais, nesta pesquisa foi com a mãe encarcerada, momento que foram estabelecidos dias e horários para a atividade. É fundamental que seja previamente esclarecido aos pais que a observação objetiva um estudo que faz parte da formação profissional, que o observador não fará nenhum tipo de orientação seja no início ou no fim da observação.

Ressalta Donelli (2008) que a teoria de Bick (1968/2011) auxilia na compreensão da experiência infantil, incluindo a conduta não verbal e os jogos das crianças, conhecimento proveitoso na formação dos estudantes do desenvolvimento infantil, inclusive facilita maior entendimento quanto às informações que as mães trazem sobre a história de seu filho. Espera-se então, prossegue Donelli (2008) que o observador cultive a mente aberta e receptiva preparada para situações singulares e impactantes.

Na atualidade, o método Bick (1968/2011) agregou caráter de ferramenta científica, resultados de estudos recentes demonstraram a importância da observação como forma de compreensão das vicissitudes entre a mãe e seu filho sendo utilizado em diversos tipos de pesquisa na Psicologia. Como no estudo qualitativo por meio de cinco entrevistas semi-estruturadas e observações numa unidade básica de atenção à saúde, no qual os indicadores clínicos de risco ao desenvolvimento identificaram como decisivos os cuidados e preocupações na construção da vinculação afetiva (Mozzaquatro, Polli e Arpini, 2011).

Neste trabalho, foi realizada uma adaptação ao método, visto que ao detalhar o mesmo, Bick (1968/2011) julgava como ambiente natural da criança o lar (Caron, 2010), intentava colocar o observador no local de ocorrência do fenômeno, por conseguinte esta pesquisa também esteve naquele que foi o primeiro lar desses bebês, porém um tanto inesperado tomando por base os preceitos de Bick (1968/2011), pois esta ocorreu em uma casa penal. Trata-se de uma adaptação, visto que o cárcere não pode ser considerado um lar para os pequenos, apesar de todo aparato não dispõe da dinâmica familiar de uma residência.

Outra adaptação ao método considerada nesta pesquisa é o tempo que ela durou, Bick (1964) determinava os vinte e quatro meses iniciais após o parto para se observar uma criança, este trabalho teve sua pesquisa realizada em seis meses, isso se deu, principalmente, pelo tempo a ser cumprido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, mestrado, ou seja, dois anos incluída a operacionalização da pesquisa, o que torna inviável cumprir o tempo determinado por Bick (1964).

3.2 Ambiente

A pesquisa foi realizada nas dependências da Unidade Materno Infantil (UMI), localizada no município de Ananindeua, região metropolitana de Belém do Pará, segundo a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE, 2015), trata-se da primeira unidade da região destinada às encarceradas grávidas. As internas dispõem de acompanhamento pré-natal em hospital da rede pública, além de haver na casa uma equipe multidisciplinar de saúde para atendê-las, após o nascimento a criança tem permanecido com a mãe até um ano de idade. A casa é espaçosa, possui quatorze leitos distribuídos em dois dormitórios, tem um refeitório, uma cozinha, dois banheiros para uso das internas, a sala da coordenação, uma sala que funciona como enfermaria e também uma recepção

onde são feitas revistas em visitantes pelos agentes penitenciários com o uso do detector de metais.

3.3 Participantes

O estudo envolveu três díades formadas por parturientes e bebês recém-nascidos, cujos nomes foram mantidos em sigilo para preservar a identidade dos mesmos, dessa maneira apresentamos Luísa e Antônio, Maria e Daniel e Sheila e Tatiane.

É importante destacar que a opção por esses participantes ocorreu, primeiramente, pelo aceite das mulheres internas que estavam próximas do parto e que iriam permanecer na UMI por pelo menos os quatro meses pós-parto. O critério de seleção das participantes desta pesquisa foi definido, primeiramente, por àquelas que deram a luz recentemente ou que estavam no fim da gravidez, para que se pudesse observar a criança desde o nascimento.

Para a escolha das três participantes, além de estarem no final da gravidez, era necessário o aceite das mesmas; inicialmente, houve uma explicação resumida do que seria o trabalho e o que não faria parte da pesquisa, nessa conversa inicial realizou-se uma entrevista semi-estruturada, tentou-se suprir de informações sobre o trabalho a ser desenvolvido para as mães, igualmente, eliminar expectativas de que se tratava de um procedimento terapêutico ou algo similar.

Iniciou-se a pesquisa com um bebê do sexo masculino, Antônio, que estava com quatro semanas de nascido e sua mãe, Luísa, de 19 anos de idade, o qual é o seu terceiro filho, havendo duas primeiras filhas de três anos e de dois anos de idade, que residem respectivamente com a avó materna e com o pai. O bebê observado é fruto de um terceiro relacionamento de Luísa que não tem contato com o companheiro aqui no cárcere. Esta mulher foi presa quando seu filho estava na segunda semana pós-nascimento.

A segunda díade que participou também era formada por um bebê do sexo masculino, Daniel, que já estava na quinta semana de vida e sua mãe, Maria, de 28 anos de idade que possuía ainda três filhos do sexo masculino com idades de sete, cinco e três anos, apenas o mais velho residia com o pai, os demais residiam com o padrasto no interior do estado, visto que eram de relacionamentos anteriores. Esta mãe foi presa em casa e levada ao presídio feminino juntamente com seu bebê.

A terceira e última dupla mãe-bebê estudada, trata-se de uma recém-nascida do sexo feminino, Tatiane, que nasceu quando sua mãe, Sheila, já estava cumprindo pena há um ano em regime fechado, entretanto a observação efetivamente iniciou quando a criança estava na quarta semana de vida. Devido à pesquisadora já estar realizando duas observações, esperou-se o encerramento de um trabalho com uma díade que se deu quando Luísa recebeu o direito de liberdade provisória.

Participaram como coadjuvantes desta pesquisa a gerente da UMI à época, Sra Lúcia, além das agentes penitenciárias devido ao fato de que elas aparecem nos relatos das mães. Todos os participantes mencionados acima receberam nomes fictícios a fim de preservar suas identidades. De acordo com a metodologia Bick, a pesquisadora e o orientador são considerados membros do processo de análise na supervisão das observações.

3.4 Procedimentos

A pesquisa recebeu autorização judicial e foi submetida e aprovada pelo comitê de ética, outrossim os participantes leram, concordaram e assinaram o Termo de Esclarecimento Livre Esclarecido (TCLE). Esse estudo está vinculado ao projeto aprovado pelo CNPQ “Amamentação no Cárcere” coordenado pela Prof^a Dra. Celina Maria Colino Magalhães, que é Coorientadora desta referida pesquisa.

Houve um período de ambientação na unidade por aproximadamente trinta dias entre setembro e outubro de 2015, no qual a pesquisadora deslocava-se até a UMI, com o propósito de acompanhar a rotina da casa. Conhecer e ser conhecida pelos profissionais que nela trabalham, como se trata de uma casa penal, existe todo um rigor quanto ao ingresso no estabelecimento, essa fase de ambientação também foi importante no sentido de que os agentes penitenciários responsáveis pela entrada de pessoas se familiarizassem com a ida da pesquisadora semanalmente. O planejamento de visitas semanais foi previamente combinada com a coordenadora da casa antes destas iniciarem, ficou estabelecida que as terças-feiras fossem os dias das observações, inicialmente pela manhã, porém esse horário iria se flexibilizar até a tarde com o intuito de acompanhar a rotina das díades nesses dois turnos.

Estabeleceu-se uma observação semanal alternada para cada díade, em horários diferentes com uma hora de duração cada, o intuito era de acompanhar momentos diversos da mãe com seu bebê, os horários de início se modificaram, na primeira semana às 09h00, às 10h00 e às 12h00; na segunda semana às 10h00, às 11h00 e às 13h00, sucessivamente até o fim das observações das três díades.

Todos os profissionais contatados, desde a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará até os agentes penitenciários, além do pessoal administrativo e de saúde mostraram-se receptivos e dispostos a contribuir com a pesquisa.

Vale reafirmar que esta pesquisadora iniciou as idas à UMI desde agosto de 2015, com o objetivo de se familiarizar com o ambiente e com as internas, facilitando o processo de interação, porém as observações efetivamente começaram em outubro.

As sessões de observação ocorreram em ambientes usuais e comuns entre as internas, visto que são dois quartos com oito camas em um e seis no outro, as internas

também dividem o espaço da cozinha, banheiro e área de refeição. Dependia da rotina da criança para iniciar a observação, se o bebê estivesse dormindo na cama era lá que se dava a observação, porém se ele estivesse no colo da mãe enquanto esta almoçava, este era o cenário da observadora.

Tendo em vista que não é permitido qualquer tipo de anotação durante as sessões, conforme recomendações do método Bick, as transcrições eram feitas após cada sessão de observação, ou seja, o registro do que foi observado era escrito no mesmo dia logo depois da saída da UMI, para que as vivências do dia ainda estivessem muito fortes na memória.

3.5 Análise de dados

A análise de dados foi realizada a partir das transcrições feitas após cada observação em supervisão com o orientador que também era o supervisor do método, em sala reservada no programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

4 Resultados e Discussão

A partir deste capítulo serão apresentados os resultados de dados coletados nas observações com relação ao desenvolvimento emocional de três bebês e suas respectivas mães. Com a leitura de cada transcrição eram discutidos aspectos que apareciam nas observações referentes às díades e a própria observadora.

Far-se-á um breve histórico de cada dupla mãe-bebê com o intuito de apresentá-los e, em seguida, a fim de melhor sistematizar o estudo e facilitar a compreensão, as respectivas análises serão apresentadas divididas em categorias as quais foram construídas a partir da teoria que dá suporte a este estudo.

4.1 Breve Histórico dos Participantes

Neste tópico, serão abordados aspectos relevantes da vida de cada mãe, obtidos pela entrevista inicial. Para que se possa fazer uma caracterização quantitativa da vida das mulheres encarceradas, foi realizado um breve histórico de vida, da gravidez, dos relacionamentos familiares e os conflitos relatados por elas.

4.1.1A Jovem Luísa e Seu Bebê Antônio

Luísa é uma jovem, que no período da coleta de dados, tinha 19 anos de idade, vinda do interior do estado do Pará onde residia na casa de sua avó, possuía mais duas filhas de dois e um ano de idade, as quais residiam com a bisavó materna e o pai, respectivamente. Relatou que foi detida grávida aos sete meses de gestação, passou apenas um dia no CRF e a seguir foi transferida para UMI, nunca tinha sido presa antes. Luísa mostrou-se surpresa com a gravidez e se sentia ansiosa e feliz com a vinda desse bebê. As duas primeiras filhas receberam os cuidados de familiares, Luísa não era responsável pelas tarefas maternas sozinha, como, provavelmente, irá acontecer com seu terceiro filho que nascerá no cárcere e terá somente a ela que o cuide.

Luísa é baixa, pele clara e cabelos pintados de vermelho, bastante extrovertida, falava com todos na UMI e, sobretudo, esse seu comportamento, muitas vezes, era interpretado como gerador de conflitos. Afirmou que era usuária de droga ilícita conhecida como "oxi"¹, que passou a usar por intermédio do namorado, ressaltou que “antes de conhecer meu companheiro minha vida era outra” (entrevista realizada em 29 de setembro de 2015), freqüentava a escola, usufruía de uma vida tranqüila em família, residia com a avó materna a qual era bastante tolerante com Luísa, enchia a neta de mimos.

Segundo Luísa, o oxidado causa dependência rapidamente, foi seu caso, pois, segundo contou, tudo aconteceu com a “primeira pedra” que consumiu para que se tornasse dependente. Afirmou que foi o companheiro que a levou experimentar drogas e que se separou dele quando estava no quinto mês de gestação, porque, conforme seu relato, ele se tornou agressivo. Confirmou ter usado oxidado mesmo durante a gravidez, até o dia da sua prisão estava consumindo oxidado junto com uma colega e as duas discutiram, mas que não lembrava exatamente do motivo.

Relatou que o motivo de sua prisão foi o fato de que no dia seguinte à discussão com a amiga, estava andando na rua de sua cidade sob efeito de drogas e foi abordada por uma viatura policial, chegando a discutir com um policial, segundo seu relato foi presa nesse momento sob a alegação de estar portando drogas para comercializar, situação que ela negou, assegurou que é apenas usuária; permaneceu dois dias na delegacia da sua cidade, em seguida fora encaminhada para o CRF e dois dias depois para UMI.

4.1.2 Maria, a Mãe de Meninos, e o Bebê Daniel

Maria, na época da coleta de dados, estava com 27 anos de idade, quando foi presa seu bebê tinha 18 (dezoito) dias de nascido, ele é o quarto menino, os dois mais novos que

¹ Abreviação de oxidado é uma variação do crack, de qualidade ainda pior. Mistura de pasta base de cocaína com uma substância alcalina e um solvente.

moravam com ela em uma casa no interior do estado além do companheiro que é pai do último filho, há um filho mais velho que estaria na casa dos familiares paternos.

Quanto à gravidez, Maria informou que foi uma surpresa que tenha sido outro menino, visto que ela acreditava ser uma menina, acrescenta que esperava por uma menina desde a primeira gestação, acalentava esse sonho, entretanto está no quarto menino. Realizou o pré-natal em um posto de saúde na sua cidade e não teve problemas com a gravidez. Maria vivia em união estável há dois anos, seu companheiro tem 22 anos de idade, acrescentou que ele era empregado em uma granja “com carteira assinada” (textuais), ele possuía uma filha de relacionamento anterior com quatro anos de idade.

Maria afirmou que não fazia uso regular de drogas, porém esporadicamente, fumava maconha², gostava de bebida alcoólica nos fins de semana e em festas, fez questão de mencionar que o companheiro não estava envolvido com a questão das drogas, contudo confirma que ela já comercializou em sua residência, principalmente, maconha. Relatou que sua prisão se deu num determinado dia em que estava com dois amigos usuários de drogas no quintal de sua casa fazendo churrasco, supôs que houve uma denúncia e a polícia chegou de forma inesperada em sua porta, relata que em seguida o policial encontrou uma quantidade de maconha em uma árvore e diante dessa situação a polícia levou os três algemados para a delegacia da cidade do interior.

No dia seguinte, foi transferida para Belém levada para UMI juntamente com seu bebê Daniel. Relatou que se sente solitária e as visitas e os telefonemas de familiares são raros.

4.1.3 A (Des)conhecida Mãe Sheila e Sua Bebê Tatiane

Sheila é uma mulher alta, agitada e que pouco sorri, no período da entrevista, disse que estava com 19 anos de idade, apesar de aparentar mais, ao ser questionada se não

² Cannabis sativa.

estava enganada com a idade, a interna reafirmou ter 19 anos. Informou que possuía o ensino médio completo, não recebia nenhum benefício social, ou seja, sua família é quem pagava suas despesas. Estava no CRF há um ano quando foi transferida para a UMI devido estar próximo ao parto, informou que morava sozinha antes de ser presa e que trabalhava como diarista em casas de família. Segundo Sheila, possui três filhas de 9, 6 anos e a bebê recém-nascida, as duas mais velhas residem, respectivamente, com a avó materna e com o pai e são frutos de relacionamentos diferentes.

Quanto a sua situação jurídica, Sheila ressaltou que possui advogado e que seu anseio maior é a liberdade, não foi muito clara quanto ao fato que a levou a prisão, mas relatou um assalto a um ônibus onde ela participou junto com dois amigos e um dos passageiros foi baleado e morto. Relatou na entrevista com um misto de temor e raiva que tem noção de que irá a julgamento por júri popular. Sheila assume postura enigmática e diz não gostar de falar de si mesma, quanto ao uso de drogas e bebida alcoólica, afirma que nunca consumiu, apesar de conviver com amigos que usavam.

Afirmou que essa terceira gravidez foi planejada por ela e o companheiro, ressaltou que esse relacionamento era muito bom, entretanto, seu companheiro cometeu suicídio poucos dias antes da criança nascer e Sheila não soube explicar o motivo desse acontecimento. Quanto ao acompanhamento pré-natal, relatou que não se lembrava de ter feito alguma consulta nesse período, mas que a gravidez transcorreu sem problemas e o parto foi normal. A participante fez questão de assegurar da sua felicidade ao estar com a filha nos braços, que é mãe presente que supre as necessidades da filha, entretanto essa característica de boa mãe fica meio incongruente com a Sheila mulher encarcerada, devido ao fato de seu comportamento era considerado agressivo e ameaçador às outras detentas. Conforme dados no seu prontuário e no livro de ocorrências que enfatizam ameaças aos

agentes penitenciários e às próprias colegas de unidade, chegou ao ponto de Sheila ser isolada das demais internas.

4.2 Discussão das Categorias Temáticas

4.2.1 A Mãe e o seu Bebê

Adentrar em um mundo vivenciado por mãe e filho recém-nascido é sentir-se envolver por uma atmosfera de cumplicidade, afeto, dúvidas e também conflitos. Este universo é peculiar, especialmente, porque um bebê traz mudanças das quais as mães não conseguem se eximir, pois as necessidades de uma criança pequena são urgentes.

Na observação inaugural realizada com a primeira díade, Luísa e Antonio, o que chamou a atenção naquela mãe era sua juventude, Luísa tem apenas 19 anos, com aparência de menina, é alegre e falante. Quando cheguei à unidade, ela estava deitada dormindo na cama e seu filho no carrinho ao lado, logo ele deu sinais de acordar, Luísa reclamou porque não queria levantar-se, na relação dessa mãe com seu bebê Antonio o que a desestabiliza é a emergência de cuidados que o bebê solicita, situação que remete a Winnicott (1988/2013) o qual assegurava que uma mãe jovem tem muito a aprender, sobre a preocupação com a amamentação e sobre o fato de que um recém-nascido não tem recursos para dar conta de si mesmo sozinho.

Antônio não é um bebê passivo, tem seus próprios recursos para chamar a atenção, reclama principalmente, quando a mãe insiste em dar-lhe a chupeta, ele não a quer, ele busca o seio como principal objeto significativo na possibilidade de ficar nos braços da mãe, ser tocado e amamentado. Essa é uma questão que se torna preocupante com o Antonio, porque segundo Klein (1974) a primeira relação de objeto do bebê é de uma importância primordial, ela se referia à relação estabelecida pelo bebê com o seio materno e depois com a própria mãe, seria um momento imprescindível para a criança e a autora

refere-se a esse objeto introjetado (seio/mãe) como responsável na formação do ego e possibilitar um desenvolvimento psíquico saudável à criança.

Percebia-se uma complexidade no papel de mãe que Luísa desempenhava, ao ter que alimentá-lo com o seio, mostrava-se muito tensa diante do seu filho, já na segunda observação ao chegar à Unidade encontrei-a falando alto, sem receios de demonstrar sua revolta quanto à determinada situação experimentada por ela na casa. Luísa tinha escondido no banheiro uma lata de leite em pó, a qual foi trazida por sua avó para que ela desse ao filho, como é proibido de acordo com as regras da casa, alguém achou o leite e o entregou para a coordenadora da UMI que a proibiu de usar, visto que a criança estava com três semanas e meia de nascida e a prioridade seria o leite materno. “É um saco cuidar desse bebê” (Luísa, 3ª observação, Antônio 3 semanas e meia). Luísa não se conformou, mesmo sendo orientada pelas profissionais de saúde sobre a importância da amamentação, reclamou muito dizendo que o filho chorava demais à noite, estava difícil cuidar dele.

Isso nos remete a uma indisponibilidade dela como mãe para com esse filho, Winnicott (1957/1964) ressalta que a amamentação é uma questão de por em prática a relação de amor entre mãe e bebê, nos revela da necessidade de uma mãe disponível, atenta às necessidades reais do bebê, a “mãe suficientemente boa”, é aquela que acolhe, alimenta, pega o filho no colo, que se dedica como mãe com seu seio, é aquela que esquece de si e possibilita ao bebê uma experiência de onipotência, na qual o mundo está esperando por ele, assim a mãe dará todas as condições para o filho desenvolver-se de maneira saudável. Ao contrário disso, Luísa estava focada nela mesma e em suas próprias necessidades, assumindo um comportamento imaturo, como se a UMI tivesse que cuidar dele.

De acordo com Bigras e Paquette (2007), as mães que estão na adolescência ou assumem um comportamento imaturo apresentam alto risco de maltratar seus filhos,

muitas delas são oriundas de lares com violência, acesso a drogas ou álcool, fato que condiz com a história de vida de Luísa, pois começou a utilizar drogas na adolescência, segundo a pesquisa desses autores são mães com conflitos psicossociais que poderão ser transmitidos aos filhos, dada a dificuldade que apresentam no papel de mãe. Os autores supracitados concluem que há uma associação do passado conflituoso e sem amor de uma adolescente corroborando para as dificuldades que poderão ter com seus filhos no futuro.

Nessa linha de raciocínio, Sheila que se apresenta como uma jovem de 19 anos, apesar de tanto sua aparência quanto as experiências passadas serem de uma mulher mais madura. Na verdade, todas as informações colhidas com Sheila em entrevista são cercadas de mistério, ela não foi clara nas respostas e a impressão que se teve é que ela não queria revelar quem realmente é, contudo, a verdade é que ela estava com sua filha recém-nascida cumprindo pena na UMI.

Sheila desempenha seu papel de mãe com rigorosa rotina, no decorrer de suas observações ela estava sempre realizando algo para a filha, colocava o cuidado da bebê em primeiro lugar. Banho, troca de fralda e amamentação aconteciam obedecendo às necessidades da filha, Sheila estava entregue à tarefa de cuidar da criança. Ao analisar as funções de cuidado nas etapas iniciais do desenvolvimento emocional do bebê deve-se considerar o ambiente no qual a díade está inserida, o qual precisa ser suficientemente bom e adequado ao infante (Winnicott, 1988/2012). Salienta-se que o contexto de Sheila e sua filha que é uma casa prisional, não obstante todos os aparatos da própria unidade para receber bebês e mães de maneira que se afaste da realidade de um cárcere, as próprias internas jamais se esquecem onde estão e o porquê:

A interna mãe da criança de um ano empurrava a menina numa moto pelo corredor, que a criança ganhou de presente, outras internas grávidas participavam da brincadeira e de repente a casa ficou barulhenta, Sheila olhou sorrindo em

direção ao corredor e voltou a sua tarefa, sorriu novamente e dessa vez foi pro corredor brincar com as outras, coisa rara de se ver, normalmente, Sheila se mantém isolada. Fiquei sozinha no quarto observando a bebê que dormia profundamente, respiração lenta e semblante tranquilo. Não havia risco de sufocamento, não havia incômodo, a criança era a imagem de um bebê que se desenvolvia bem, achei que sua aparente calma era resultado da presença da mãe, de um afeto genuíno que fazia com que mãe e filha fossem muito ligadas (Sheila, 2ª observação, Tatiane com sete semanas e meia).

A escuta que se deve ter para essas questões não é apenas como causa e efeito de uma influência do ambiente no desenvolvimento emocional de crianças, com o recorte desse trecho fica evidente que o cárcere é mais complexo para se analisar o desenvolvimento emocional de uma criança. O cárcere não é apenas o contexto no qual a observação se desenrolou, ele é antagônico ao ambiente familiar onde se dissemina os valores culturais próprios da cada família, sob a perspectiva social as prisões deixam um registro nas pessoas de acordo com as palavras de Stella (2009), diverge de um cuidado doméstico, no qual possivelmente haverá mais elementos positivos para a criança, tais como a presença de familiares, convivência com irmãos, enfim, a própria liberdade.

Os estudos de Winnicott (1988/2012) levaram-no a dar importância decisiva ao ambiente no qual o bebê desenvolverá emocionalmente, além de delegar à mãe a responsabilidade de propiciar isso ao filho por meio de cuidados e dedicação, destaca-se que a mãe deveria ser devotada ao seu bebê, para ser o seu próprio ambiente. Winnicott (1988/2012) ressaltava que toda experiência tem a capacidade de afetar o bebê sendo ela boa ou má, que fica registrada na memória do infante a qual será responsável para gerar confiança no mundo ou falta desta na vida futura da criança. Na rotina de Sheila e Tatiane percebe-se a dedicação da mãe com a filha, alheia a qualquer teoria sobre desenvolvimento

psíquico saudável, Sheila é uma mãe que vive para os cuidados e necessidades da filha. Visto que Tatiane é uma bebê tranqüila, fisicamente seu crescimento aparenta ser normal, pois mama bem, não apresenta doenças, está com o crescimento dentro da normalidade de acordo com os controles de enfermagem da unidade e na sua carteirinha há os registros das vacinas, acredita-se que a atitude de Sheila está sendo benéfica:

Sheila pegou a criança nos braços, tirou a roupinha dela e vestiu outra limpa que ela havia separado, com todo cuidado ao manusear o corpo da bebê e perguntou se a filha queria mamar, falava baixo, calmamente. E assim colocou a criança no peito para mamar, com uma atitude de pura entrega (Sheila, 5^a observação, bebê Tatiane com 2 meses e meio).

O cuidado identificado acima apoia-se em Winnicott (1988/2012) quando analisa mães jovens precisam aprender muito com especialistas sobre alimentação e nutrição dos bebês, entretanto há algo que elas adquirem naturalmente, um tipo de conhecimento que não é transmitido por algum cientista, que é intuição materna. O referido autor incentivava às mães a conservarem esse conhecimento

No caso de Maria que é mãe de três meninos e gostaria de ter tido uma menina, deu à luz outro menino, Daniel. Seu comportamento com o quarto filho é de deixá-lo a própria sorte no carrinho, a criança passa mais tempo neste do que no colo da mãe. Maria não reconhece Daniel como seu filho, projeta nele tudo o que de ruim pertence a ela. A fim de reduzir sua ansiedade, seus sentimentos angustiantes como mãe inadequada com aquele menino que nasceu de seu ventre, mas que representa pra ela fracasso, pois idealizou uma menina, Maria usa de projeção, afirmando que o pequeno bebê Daniel é “brabo”, “hoje eu tô muito brabo, quem já me viu brabo assim?” (Maria, 1^a observação, Daniel com 5 semanas).

No caso do filho de Maria quando bebê chora e rejeita o seio, evidencia-se uma situação de frustração e ansiedade, conforme Klein (1974/2006) quando o bebê sente-se, intensamente, ameaçado quanto a sua sobrevivência, se essas experiências persistem o desespero no bebê faz com que ele projete as coisas ruins e angústias para fora de si, poderá rejeitar o seio que se transformou para ele como objeto persecutório que poderá levá-lo à destruição, pois no caso de Maria se observa uma indisponibilidade de cuidar do bebê:

Não demorou muito para Daniel chorar de novo e agora mais alto, ela parou novamente e foi olhá-lo, o bebê tinha vomitado e sua mãe comentou que ele está com refluxo. Depois de arrumá-lo, Maria foi amamentar novamente, mas a criança não queria pegar o peito e mexia a cabeça para um lado e para outro, ela insistia e dizia para o filho “ah, tu não quer, não?” (Maria, 1ª observação, Daniel com cinco semanas).

Com o refluxo, Daniel está transmitindo uma mensagem perturbadora, que é a de que ele quer colocar a sua mãe para fora de si, ele rejeita a mãe porque ela o rejeita, Maria, conscientemente, queria uma menina, contudo é uma recusa inconsciente que há pelo filho. De maneira nenhuma Daniel foi o idealizado, esse bebê real entra muito em divergência com os sonhos de Maria de uma menina em seus braços, então mãe não está em sintonia com Daniel. Percebe-se em Maria que a preocupação materna primária apontada por Winnicott (1979/1988) é problemática, sua sensibilidade em relação ao filho é falha. O estado de “quase doença” definido por Winnicott (1979/1988) da mãe em relação aos cuidados e preocupação com o filho, em Maria gerou um comportamento mecânico e ela não consegue se adaptar às necessidades de Daniel, essa mãe mostra-se viver com ansiedade:

Maria entrou no refeitório olhando para o filho e saiu em seguida para buscar seu almoço, voltou com a quentinha na mão e sentou-se no banco, levantou-se pegou o bebê ficando de pé com ele nos braços e disse: “Daniel, eu preciso comer, eu tô com fome e se eu não almoçar vou ficar fraca e tu vai morrer de fome”, colocou Daniel novamente no carrinho abriu sua quentinha, pegou sua colher (Maria, 5ª observação, bebê com 11 semanas).

Não prestou atenção, mas seu filho vomitou em muita quantidade, ela conversava sobre o programa policial da TV, passaram muitos minutos até ela olhar em direção ao filho e vê-lo todo sujo dizendo: “olha só, o que tu fizeste, Daniel”. Não o limpou, voltou a conversar sobre a reportagem” (Maria, 5ª observação, bebê 12 semanas).

Fica evidente nas falas de Maria o desejo dela de se livrar desse filho, ou que pelo menos ter alguém que cuidasse de Daniel e não ela, contudo no cárcere a exigência de um bebê pequeno é muito grande, pois elas estão presas naquele ambiente e sua tarefa indispensável é cuidar do bebê. A primeira relação de objeto do bebê, primeiramente apenas com o seio e depois com a figura da mãe é de importância vital para que este objeto primário seja introjetado, forneça ao ego segurança e constitua os alicerces de um desenvolvimento psíquico satisfatório (Klein, 1957/1974).

A importância atribuída ao cuidado materno propicia um ambiente facilitador para o desenvolvimento emocional de Daniel, ou seja, o bebê interagindo com o meio o qual é a própria mãe, Maria. Os processos serão evolutivos e as relações naturais acontecerão a partir dos costumes, do padrão familiar em que está inserido e da figura materna, surgirão assim as bases para uma personalidade saudável e caráter forte (Winnicott, 1988).

4.2.2 O Colo e o Carrinho de Bebê

Existe uma experiência entre a mãe e o bebê que é representada pela maneira como esta carrega e sustenta seu filho no colo, é algo físico, da ordem de contato da pele, mas tem um significado simbólico marcante para díade, porque o modo como o infante está no colo pode representar o quanto é amado e foi uma criança desejada, o conceito dessa experiência é *holding* (Winnicott, 1988). Pegar o bebê no colo demonstrando segurança, acalentá-lo, afagá-lo, amamentá-lo, constitui o ambiente oferecido pela mãe, na primeira infância, significam vivências satisfatórias para ele, que ficarão como impressões psíquicas favoráveis ao seu desenvolvimento e processo de amadurecimento, que são as bases da saúde mental das pessoas (Winnicott, 1988).

O bebê necessita do contato com a mãe para estabelecer um laço emocional com ela, que para Spitz (1983) o sentimento materno em relação ao filho é muito importante para o desenvolvimento psíquico do mesmo, o autor destaca que a tendência de quase todas as mães é de serem amorosas e dedicadas ao filho, sendo de responsabilidade dela o estabelecimento do clima emocional favorável, conceito criado pelo mesmo que representa a atitude afetuosa da mãe determinante dos afetos e da qualidade de vida emocional do bebê.

As mães encarceradas da UMI têm a oportunidade de amamentar e cuidar de seus filhos nos primeiros doze meses de vida do bebê, o que será fundamental para o estabelecimento da relação mãe-bebê no fortalecimento do vínculo como um laço emocional entre eles. Contudo, muitas ressalvas foram identificadas nas observações, nem sempre o colo está disponível ou a amamentação foi prazerosa. No caso da primeira dupla observada, Luísa, em vários momentos, durante a observação, deixava o bebê mais tempo no carrinho do que o tinha no seu colo, ausentava-se do quarto onde Antonio estava e outra interna o olhava, o que será evidenciado no trecho abaixo:

Depois de muitos minutos, houve um barulhinho vindo de uma cama, foi o barulho de mola do colchão, não foi muito alto, mas suficiente para acordar Antonio que se assustou, agitou os bracinhos fazendo uma careta começando a chorar baixo e a presa que estava tomando conta dele perguntou para a outra que entrou no quarto onde estava Luísa que não soube informar, então mandou chamá-la, quando Luísa chegou olhou de longe para o carrinho e disse que Antonio estava dormindo, a presa que estava tomando conta disse: “não, ele está acordado”; Luísa se aproximou e olhou o rosto do filho vendo que ele estava de olhinhos abertos, não o carregou, saiu do quarto empurrando o carrinho (Luísa 7ª observação, com Antônio 11 semanas).

Para Winnicott (1988/2013) o ato físico de segurar o corpo do bebê é o que será responsável por circunstâncias psicológicas favoráveis ou desfavoráveis, somente um ser humano é capaz de segurar e manipular um bebê, assim atender-lhe as necessidades básicas.

Na situação expressa acima, Luísa precisaria mostrar-se mais atenta a suprir o que o filho necessita, porém mostrou-se em quase todas as observações, indisponível a Antônio, de acordo com Winnicott (1988/2013), essas experiências traumatizantes que estão na base do desenvolvimento podem influenciar a personalidade desse bebê de modo inseguro e acarretar dificuldades para ultrapassar as fases do amadurecimento.

Quando se observa uma experiência satisfatória para o bebê, sabe-se que esta contribui para o mesmo sentir-se forte e seguro, entretanto, o que torna uma experiência insatisfatória é o longo tempo que o bebê permanece no carrinho, sem o contato do colo da mãe, visto que em uma hora de observação percebeu-se que o bebê passa mais tempo no carrinho do que amparado nos braços da mãe, algo em torno de 45 minutos no carrinho dentro dos 60 minutos de observação. Se nas outras 23 horas do dia isso se acontece o

bebê poderá estar sentindo grande desamparo. Apesar de que cada bebê apresenta algo inato que o impulsiona para o desenvolvimento físico e emocional, para uma evolução natural do ego, esse desenvolvimento depende de um ambiente facilitador que se constituindo como característica essencial a adaptação às necessidades naturais de um processo de maturação (Winnicott, 1988/2012)

Observou-se que o carrinho era frequentemente, usado pela mãe no decorrer das observações em detrimento do colo, era o recurso mais utilizado como substituição da própria mãe. Há uma falha nesse contato, porque a mãe que foi para a Unidade para ter a oportunidade de cuidar do seu filho, porém mostra-se irritada ao atender a criança em tempo integral, não disposta para esse bebê, a frequência em que a criança é deixada no carrinho é maior do que é acalentada no colo, como no recorte abaixo:

Maria colocou o bebê no carrinho e foi para dentro da casa, ficaram três internas, Daniel e a criança de 1 ano brincando no chão, Daniel acordado se mexia muito no carrinho, ao olhá-lo no carrinho lembrei que quando iniciei a observação dessa criança ele ficava bem pequeno nele e agora ele ocupa quase todo o espaço do mesmo. Maria entrou no refeitório olhando para o filho e saiu em seguida para buscar seu almoço, voltou com a quentinha na mão e sentou-se no banco, levantou-se pegou o bebê ficando de pé com ele nos braços e disse: “Daniel, eu preciso comer, eu tô com fome e se eu não almoçar vou ficar fraca e tu vai morrer de fome”, colocou Daniel novamente no carrinho e abriu sua quentinha (Maria 5ª observação, Daniel 12 semanas).

Presume-se que Antonio, Daniel e Tatiane em algumas situações observadas apresentaram dificuldades, porque há uma falha no “holding” (Winnicott, 1979/1988) como algo consistente e constante, quando, durante as observações, as mães usavam o carrinho com uma frequência alta. A presença da mãe que cuida, é atenta e continente em

várias situações deixou uma falta, talvez pela própria situação do encarceramento, faz dessas mães menos disponíveis para seus bebês e mais preocupadas com as penas que irão cumprir, assim sendo supõem-se que estes bebês poderão apresentar algumas dificuldades em esferas emocionais.

As primeiras experiências de trocas sensório-corporais entre o bebê e sua mãe acontecem pelo contato de pele, boca e seio (Freud, 1912/1996), constituem-se as primeiras noções de delimitação de lugar, espaço, da presença do outro e próprio self. Com o surgimento e a repetição do contato com a mãe no decorrer do primeiro ano de vida, acredita-se que o bebê será capaz de introjetar o objeto bom e assim constituir a sua pele psíquica, algo essencial para seu desenvolvimento emocional benéfico à formação de seus próprios pensamentos (Bick,1964). A constituição da pele psíquica é algo que integra e unifica o bebê, se esse processo não ocorre, satisfatoriamente, a criança que se sente em pedaços, se dissolvendo sem algo que delimite o seu psiquismo e poderá ter sérios problemas emocionais e chegar a ser um indivíduo com transtornos. Sendo assim, nesta categoria quisemos enfatizar a importância do colo e do contato do corpo da mãe com seu filho, porque entendemos o quanto isso será fundamental para a formação emocional da criança.

Deixar no carrinho como um desligar-se da mãe, uma separação também tem sua importância devido à fase simbiótica entre mãe e bebê, na qual o bebê fica patologicamente ligado à mãe, portanto é benéfico que o bebê não fique o tempo todo no colo. Conforme postula Mahler (1993) as separações experienciadas pelo bebê acarretaram conseqüências ao seu desenvolvimento, porém é necessário esse desligamento, o que se observou como problemático é fato de muito tempo os bebês deixados no carrinho como que para substituir a mãe, tal fato poderá colaborar para que a criança cresça sentindo-se abandonada que poderá prejudicar a sua auto-imagem e formação da identidade.

4.2.3 O Tempo de Brincar com o Bebê

Esta categoria trata de peculiaridades da interação mãe-bebê onde há o brincar, eventos lúdicos ocorridos na rotina da díade. Para a psicanálise brincar vai além da ideia de recreação, vai ocupar um lugar de simbolismo no desenvolvimento emocional humano. O brincar faz a criança acumular experiências importantes para a vida (Winnicott, 1971/1975), esse processo se inicia desde o começo da relação da mãe com o recém-nascido, quando a criança encontra na mãe o que busca, seio, amparo e segurança.

Quando a mãe pode dar o objeto que o bebê deseja encontrar, o qual é percebido e introjetado psiquicamente pelo mesmo, ocorre uma experiência de satisfação na qual o bebê se sente onipotente. Se a criança experimenta tranquilidade na relação com a mãe esta poderá ser a base para relações de confiança e para a própria criatividade nas brincadeiras. Se a criança adquire segurança na complexa relação com a sua mãe que molda o processo intrapsíquico e se este é satisfatório, ou seja, se a mãe é a facilitadora do ambiente, o bebê tende a se desenvolver beneficentemente, percebe o ambiente facilitador como a própria mãe, ele se fortalece, aumenta sua capacidade de se sentir seguro e, posteriormente, confiar nas outras pessoas que se relacionarão com ele (Klein, 1975/2006).

Quando há uma falha na formação do objeto transicional pelo bebê, ele terá dificuldades da ordem da sua própria criatividade no brincar. A imaginação que a criança tem nas brincadeiras, é algo muito sério, que se não houver condições e ambiente para acontecer, poderá surtir efeitos nocivos na formação emocional no futuro adulto. A brincadeira com o bebê funciona como organizador das relações emocionais e fornece elementos para unificar e integrar a personalidade da criança (Winnicott, 1957/1964).

No caso do trecho abaixo, demonstra a preocupação da mãe em brincar com o filho e o incentiva a participar das brincadeiras, algo que independe de conhecimento técnico, decorre da dedicação e da intuição da mãe com o filho:

Maria estava sentada na cama brincando com seu filho no primeiro quarto, ela mudou sua cama do quarto de trás para esse que agora está. Quando me viu, Maria disse com voz infantil: “eu tô brincando com a minha mãe”. Em seguida, Maria sentou a criança e brincava com um aviãozinho de brinquedo fazendo este voar sobre a cabeça do bebê, Daniel tentava levantar a cabecinha para acompanhar, depois ela pegou uma bolinha e a apertava na barriga da criança fazendo barulhinho, o bebê levava as mãozinhas em direção aos apertões (Maria, 6ª observação, Daniel 12 semanas e meia).

O contrário de brincar existe o que é real, a vida real (Freud, 2006) e é pela brincadeira que a criança poderá sinalizar e representar conteúdos que a perturbam e revelar traumas que aconteceram durante seu desenvolvimento. A criança aprende e adquire experiência com as brincadeiras, ela evolui por meio das fantasias que cria e experimenta. Logo o brincar é fundamental para a criança elaborar suas angústias e deve ser estimulado pela mãe.

O bebê acumula experiências com o brincar (Winnicott, 1971/1975), o que constitui uma riqueza emocional para a criança, pois ela usa o seu mundo da fantasia e da brincadeira para se relacionar e elaborar o que apreende do contato com os adultos. A criatividade das brincadeiras é saudável para as crianças e contribui para a formação da personalidade adulta, pois no brincar as crianças travam suas experiências com os outros:

Sheila falava com as colegas e ao mesmo tempo passava roupas e brincava com a filha, por um tempo ela fez a brincadeira do “juju” com a bebê, ela colocava uma fraldinha no rosto da criança, ora ela tirava, ora ela deixava que a própria criança tirasse do rosto e quando isso acontecia ela aproximava seu rosto da filha e dizia “juju”, a bebê sorria muito, chegou a emitir som de risada. Sheila tem muito jeito com a criança, uma forma muito carinhosa de segurar, brincar e até de se

referir sobre a filha. Chega a impressionar a disponibilidade de Sheila com sua filha (Sheila, 8ª observação, Tatiane, 10 semanas).

Vê-se no trecho acima que Sheila valoriza os momentos com sua filha mesmo sem saber da importância desse contato para o psiquismo da criança. Sheila demonstra ter prazer em brincar com sua filha, utilizando de uma brincadeira conhecida por muitas mães que é de aparecer e desaparecer, o que prende a atenção da filha. Conforme Winnicott (1965/1982) o brincar é algo inato, a compreensão não-verbal dessa mãe com sua filha gera identificação entre as duas, porque a mãe está sintonizada com a filha, e o que seria um reflexo da criança, como um sorrir após o “juju” significa para a mãe uma resposta pessoal da criança para seu chamamento.

O contato que Sheila estabelece com sua bebê é proveitoso para ambas, possível que tal fato ocorra porque saiba que seu tempo com a criança é limitado e que um dia ela se separará da filha, pois se a sentença de Sheila for de uma pena longa, ela demorará a ter momentos como esses com a criança. Sheila demonstra interesse em mostrar-se boa mãe, seu comportamento é de entrega para a filha e percebe-se que ela espera que os outros a vejam assim:

Antonio dormia e achei que ele estava bem alimentado, sua mãe se aproximou dele, falando próximo ao seu rosto disse com a mesma voz infantil: ”tô gordinho, mamãe, também eu só falto comer a minha mãe viva”, riu e deitou-se na cama e Antonio começou a se mexer (Luísa, 5ª observação, Antonio, cinco semanas e meia).

Brincadeiras enquanto cuidado e como elas são importantes para o desenvolvimento satisfatório da criança e também para a mãe que nesses momentos deixava a rigidez do cárcere em segundo plano para interagir e relaxar com seu bebê. Dentre os argumentos usados por Bick (1968/2011) para salientar a importância do seu

método de observar bebês está quanto ao auxílio na compreensão não-verbal e na compreensão do brincar do bebê.

O comportamento exploratório dos bebês era incentivado pelas mães no cárcere, após essas sessões de brincadeiras entre as díades, percebeu-se que o comportamento de ambos mudava a mãe mais relaxada e o bebê começa a se perceber o “rei”, entretanto até nas brincadeiras surgem prazer e desprazer que são importantes para a construção do psiquismo (Spitz, 1983). Gradualmente, a tarefa de brincar vai retirando o bebê da sensação de onipotência, as fantasias ajudam a afastar o bebê da ilusão interna de poder, do seu mundo simbolicamente autístico para lhe apresentar o externo, um mundo onde o Ele e a Mãe são duas pessoas.

5 Considerações Finais

Ao finalizar este estudo houve necessidade de apresentar aspectos pertinentes à observadora em sua relação com as díades e como estas se revelaram nas observações, devido ao fato do método Bick ter mobilizado emocionalmente a pesquisadora. A observação de bebês é uma experiência única para a psicanálise, além de ser vivencial por meio do contato direto entre pesquisador e pesquisado, não utiliza a interpretação no momento em que se está no cenário de observação, é marcante enquanto trabalho clínico.

Evidentemente, o bebê não conseguia distinguir se o ambiente em que estava era adequado ao seu desenvolvimento, contudo houve momentos em que a observadora identificou satisfação do infante no contato com a mãe, viu-se a ocasião em que estava com o filho no colo, em contato físico, olhando no seu rosto bem de perto, o bebê parecia muito interessado naquele aconchego e satisfeito com o recebido. Era uma sintonia experimentada pela dupla que não se manifestava durante todas as observações, instantes emoldurados pela unidade penal materno infantil com todos os seus movimentos e sons.

Quando o bebê revelado para a observadora era o satisfeito pelo contato com a mãe, surgiam sensações gratificantes também para ela, havia emoção de felicidade pelo fato do bebê estar sendo acolhido com afeto por sua mãe. Talvez esta questão fosse significativa para a observadora pelo fato de também ser mãe, conhece pela prática o quanto é prazeroso ter um bebê tranquilo nos braços.

Havia também a necessidade de ser aceita pelas mães no cárcere, apenas o concordar com a pesquisa não era o bastante, há que se confessar a vontade de ser recebida por elas, mesmo que conscientemente a observadora negasse esse fato, estava presente na surpresa ao receber um olhar do bebê o qual era definido pelas mães como dirigido, especificamente, para ela, mais além, como uma forma de reconhecimento e ter a

agradável sensação de ser aceita no grupo das mães, sua presença e seu trabalho silencioso nas observações fora respeitado.

No início do processo de pesquisa, houve entraves, as próprias mães nos primeiros encontros mostraram-se desconfiadas, contudo a postura da observadora que objetivava manter-se fiel ao método e não causar interferências intencionais que poluíssem o ambiente, conseguiu seguir com o estudo e após muitos dias de observações, a relação transferencial foi estabelecida, em concordância com Freud (1912/1996), com alguns marcadores simbólicos que demonstraram isso, quando a mãe que era objeto de observação naquele instante convidava a observadora para acompanhá-la a outro cômodo da casa, ou quando ofereciam café, ou a convidavam para almoçar, situações que demonstraram que já estava incluída na rotina da unidade e que as mães ligaram-se a ela.

O material de supervisão identificou sentimentos inconscientes de apego ao bebê Antonio e desqualificação de sua mãe, não reconhecidos racionalmente pela observadora. Antonio, a partir do olhar da observadora, mostrou-se forte ao ponto de sensibilizá-la no sentido de que era uma criança que possuía uma falta, era carente, contudo o que está posto nessa questão são os sentimentos da observadora, a qual assume uma postura de rivalizar com Luísa, visto que essa mãe é desvelada pelo olhar da observadora como descuidada. Antonio desnuda-se como um bebê lindo e muito cativante, era agradável estar na presença daquela criança que era deixada sozinha pela mãe e como esta mãe não cumpre seu papel corretamente. Ficam evidentes os sentimentos contratransferenciais (Freud,1912/1996) da observadora quanto à Luísa (mãe de Antonio) que foi caracterizada como mãe inadequada, aquela seria uma boa mãe e se ele fosse dela seria melhor cuidado, os sentimentos que saltaram aqui é raiva e ciúme dessa mãe que é incapaz de ser boa para Antonio, os relatos da observadora revelam percepções negativas advindas dos sentimentos inconscientes por Luísa.

As mães não estão 24 horas disponíveis para os filhos, elas vão deixá-los sozinhos em algum momento, então Luisa deixava-o só para fazer as outras coisas, e ela com todas as dificuldades do encarceramento oferecia um colo para Antonio. E quando ela foi boa para o filho com colo bom e amamentação, mostrou uma impossibilidade da observadora de estar no lugar dela. Permitiu-se olhar algo em Luísa, mas que surgiram nela mesma, porque o que vigorava era a ideia de que ele era um bebê carente que precisava da observadora.

Sabe-se que o lugar do observador deve ser ao fundo, permanecer sem chamar atenção para si e não demonstrar grande entusiasmo. Estar atento e acompanhar o que acontece diante de si sem fazer perguntas e não tomar iniciativas quanto ao bebê e a mãe, ao ocorrer indagações durante a observação, deve ater-se em responder naturalmente, entretanto sem indiferença, fazer com que os sentimentos dos outros sejam considerados, porém evitar o desenrolar de uma conversação.

As três mulheres revelaram-se mães em tempo integral de seus bebês, talvez pela situação de encarceramento, submeteram-se ao trabalho de observação e respeitaram o lugar da observadora, não fizeram solicitações que pudessem interferir na cena, o que contribuiu para o trabalho fluir, pode-se dizer que as três mães colaboraram com a pesquisa. Os bebês manifestaram-se diferentes, os resultados e sentimentos foram únicos para cada um, Antônio, Daniel e Tatiane fizeram emergir emoções diversas na observadora, ora mais incômodos ora mais agradáveis, o que estava em evidência era a própria prática da maternidade. Percepções de como as observações apontaram falhas das mães ou acertos com seus bebês, falavam de como a própria observadora as compreende em si mesma.

Via Luísa, Maria e Sheila enquanto um espelho de si mesma, o comportamento delas mostrou o quão presente é a ansiedade de não conseguir ser a mãe idealizada, apesar

de tentar atingir esse objetivo transferindo exigências e angústias para as três mães encarceradas que desempenhavam seu papel alheias à contribuição emocional para a própria observadora. Decerto essas mães possuem uma peculiaridade que as difere de muitas mães, o fato de estarem detentas em casas penais aguardando o desenrolar de seu processo na justiça dá a elas uma expectativa e tensão que ultrapassa a prática da maternidade.

Estas mães pertencem a um fenômeno do aumento da população carcerária feminina com que a sociedade convive com difícil aceitação, a despeito de ser uma realidade, é uma problemática que não desperta no Estado ações necessárias para proporcionar maior qualidade de vida às mulheres custodiadas. Parece se tratar de uma parcela invisível da sociedade, uma vez que as “paredes altas das prisões” tornam-se o mais adequado espaço onde a sociedade prefere esquecê-las.

A mulher encarcerada se encontra em uma situação mais vulnerável do que o homem porque, normalmente, ela tem filhos que ficaram em casa que as faz sentirem-se culpadas ou no caso em que eles estejam na prisão com ela, haverá o dia em que irá se separar deles, situação que traz ansiedade, insegurança, propensa a deixá-las negativas quanto a sua vida, de seus filhos e realidade que encontrará pós-cárcere. A gravidez e o parto são momentos em que, por si só, já mexem com a vida e o emocional de qualquer mulher, no caso das mães que estão presas, acreditamos na necessidade de maior apoio institucional para que elas se sintam fortes e confiantes na tarefa da maternidade, para o período em que ficarem com seus recém-nascidos e proporcionarem o amparo que eles precisam. Em seguida o apoio profissional a essas crianças que visem minimizar o provável desamparo que a ruptura do relacionamento com a mãe poderá causar quando saírem do cárcere.

É fato o aumento de bebês nascendo no cárcere, o qual seria o lugar mais improvável e inadequado para o indivíduo passar os primeiros meses fundamentais de vida, justamente, por serem formadores da personalidade. Essa questão merece um envolvimento multidisciplinar, visto que não é só de cunho criminal, mas de urgências sociais e psicológicas que cercam as famílias que tem uma pessoa encarcerada nos dias atuais.

O provável caminho para ajudar a dirimir os índices de mulheres envolvidas com o crime é a participação ativa da saúde pública, em especial, a saúde mental atuante nessas comunidades mais vulneráveis a desenvolver um trabalho de prevenção quanto ao uso de drogas que consiga alcançar todo o núcleo familiar.

Anterior a qualquer debate, há a condição humana por trás de tudo o que se observa, do que se investiga, porque estamos falando de pessoas que perderam quase todos os seus vínculos emocionais, pois permaneceram grande parte da vida entre grades, o que se evidencia é um isolamento social que desprende essas mulheres de sua antiga comunidade, a socialização desses bebês pode ser influenciada pela história delas, e, muito provavelmente, foi a de seu pai também. A questão é dar reais e duradouras possibilidades de acesso a estudo ou trabalho para a mãe e, urgentemente, para o bebê, é necessário oportunizar um novo caminho do ponto de vista social, em especial com envolvimento da família extensa e mantendo a ligação com a mãe por intermédio de visitas a ela.

Essa é uma criança que nasce estigmatizada e pode passar despercebida a sua inserção social numa rotina de pobreza que exclui, da falta de escolas, do uso e comércio de drogas, da ausência de família. Quanto ao desenvolvimento psíquico dessa criança é essencial que permaneça com sua mãe nos meses iniciais de vida para a formação de laços maternos, daí a importância da UMI e quão benéfica foi sua implantação. Contudo, a convivência que esse bebê experimentou por alguns meses na cadeia com a mãe não é

suficiente para seu desenvolvimento psíquico saudável se não houver um contínuo do amor maternal para que ele ultrapasse a primeira infância, os 24 meses iniciais.

O cárcere é o lugar no qual ninguém quer estar, seja pelas estruturas deficientes, excesso de pessoas em cela, a própria violência que se apresenta, mas especialmente pela marca impressa nos seus ocupantes que é de transgressores da lei ou criminosos. Esta é uma marca que a sociedade em que vivemos dificilmente esquece, pois o indivíduo estará sempre a carregar este simbolismo em sua personalidade, no momento em que busca emprego ou diante de seus familiares será sempre o ex-preso, enfim é uma situação que exige esforço daqueles que realmente querem trilhar outro caminho que não seja o de crimes, torna-se quase impossível para o indivíduo retornar para a mesma comunidade com os antigos estímulos e não reincidir, sem proteção social.

Ao unir tema cárcere com método Bick e relação mãe-bebê; após meses de contatos com as mulheres presas, considera-se que o encarceramento feminino é cercado de sofrimento e arrependimento, a mulher, além de carregar o peso do estigma de ser presidiária, ainda é penalizada pelo fato de ser mãe e abandonar outros filhos em casa, ou entregá-los para familiares ou adoção. Contudo o fato da presença do bebê na unidade é importante para a mulher enfrentar os dias de privação de liberdade como também é essencial para o desenvolvimento emocional do bebê.

Constatou-se que a presença do bebê com a mãe no cárcere aumenta a tolerância desta em cumprir sua pena, em ficar no cárcere. Quando muito pequeno o bebê solicita muito a mãe sendo prioridade na sua vida o que a faz, momentaneamente, preocupar-se menos com sua situação jurídica. A dedicação materna funciona como um alívio do estresse para a própria detenta. Por outro lado, quando é chegado o momento do bebê sair da unidade, essa separação é sentida como insuportável pela mãe mesmo se a criança for para lar de familiares.

Várias questões sociais contribuem para a exclusão dessas mulheres da sociedade formal, como a baixa escolaridade que se constatou nesta pesquisa, conseqüente falta de emprego formal que garanta direitos trabalhistas, ausência de companheiro fixo, ou diversos relacionamentos amorosos resultantes em filhos, relações com violência ou companheiro envolvido em tráfico de drogas, são fatores que enfraquecem a possibilidade da mulher formar uma família sólida, provavelmente, propiciam a entrada das mesmas na criminalidade.

No tocante às participantes desta pesquisa evidenciaram-se características sócio-demográficas em comum, são mulheres oriundas de um contexto social violento, cuja família está vulnerável e com provável acesso a diversos tipos de drogas ilícitas tanto na questão do uso quanto na comercialização.

Apesar de ter assegurados em lei direitos para as mães encarceradas, observa-se que a maternidade dentro das prisões ainda é um tabu com frágeis políticas de acompanhamento às gestantes e à amamentação. Quando se dá a separação da mãe e da criança, o que normalmente acontece com um ano de idade do bebê, aqui no Pará, sabe-se por meio de relatos das próprias detentas, que é dolorosa tanto para a mulher que retorna à prisão comum para terminar de cumprir sua pena quanto para a criança que é muito pequena para passar por uma separação que poderá ser traumática para ela com mudança de rotina e, principalmente, do seu cuidador. Sugerem-se estudos e ações do Estado sobre este fato por ser de suma relevância social, que o Sistema Penitenciário possa garantir possibilidades de contato desta mãe com seu filho em um local adequado para visitaçõ dos pequenos continuando com os laços maternos pós-UMI. Esta pesquisa concluiu que a UMI é um espaço com proposta positiva e necessária às mães encarceradas e seus recém-nascidos, nesse caso, o Estado não se furtou da responsabilidade que possui com estes, o

ingresso de crianças nas prisões com as mães é uma forma de o Estado manter o laço inicial da díade e deverá ser monitorado por ele.

Quanto ao método utilizado, considera-se que Bick é possível e eficaz no contexto de cárcere, tendo na supervisão o suporte para analisar desvios dos preceitos metodológicos, explorar percepções e sentimentos vividos pela pesquisadora no contexto observado para análise do supervisor com o propósito de discutir as dificuldades encontradas, essas análises geraram aprendizado pessoal e profissional. É válido destacar que a observadora não tinha realizado observações semelhantes anteriormente, fato que acarretou em muitas expectativas quanto ao trabalho. A pesquisa contou com uma fase preliminar de conquista e de aproximação que aconteceu cerca de um mês antes das observações propriamente ditas, acentua-se que não se tratava de local desconhecido para a observadora, porém a ansiedade estava presente pela imersão num mundo prisional feito para abrigar mães e bebês.

Uma inquietação diante do novo traduziu-se em curiosidade quanto à preparação da casa para abrigar parturientes em cumprimento de penas criminais, a surpresa ao ver uma casa comum transformada pelo Sistema Penitenciário em unidade penal com muros altos e grades em todos os cômodos. A rotina da unidade estabelecia um padrão de cuidados adequados aos bebês, pois horários de banho, lavagem de roupas realizada pelas internas seguiam uma escala estabelecida pela UMI sem causar problemas.

Este estudo visou também provocar reflexões e discussões quanto ao tratamento dado às mães e bebês no cárcere, acredita-se que o interesse de realização de trabalhos acadêmicos com essa problemática chamarão a atenção para esse grupo e assim novos estudos poderão acontecer e se estender para outras questões psicossociais importantes, tais como a saída da criança do convívio com a mãe no cárcere e um destino incerto (lar ou adoção), o que também se configura como dúvida social.

Observa-se, também, a necessidade de mais estudos com o intento de mobilizar o Estado a investir em políticas públicas, que visem à diminuição da violência física e psicológica existente nas prisões. Para que o objetivo da ressocialização seja respeitado e cumprido com eficácia, haja vista que após cumprirem suas penas, as mulheres deveriam conseguir se inseridas na sociedade com oportunidades reais, conseqüente redução das taxas de reincidência e menor envolvimento com a criminalidade.

A observação da relação mãe-bebê demonstrou que o cárcere não deixa a mãe abandonar os aspectos subjetivos e objetivos da maternidade, o ambiente exige dela cuidado com o bebê constantemente, ela permanece na unidade para dedicação absoluta ao filho. Nessa condição, de mãe que cuida integralmente, ela vive sob as regras estabelecidas pelo sistema penitenciário, banho, brincadeiras, horário de sol sob vigilância. Os primeiros limites vivenciados pelo recém-nascido são decorrentes do ambiente em que está inserido, o cárcere, diferente do contexto familiar no qual poderá haver muitas pessoas, as regras de cuidado não tão rígidas, outros barulhos e afazeres mexem com a rotina do lar. Há uma dinâmica peculiar no cárcere, as outras mães não ficam com os bebês das suas colegas porque não têm tempo, cada mãe está absorvida pelo seu bebê e suas tarefas na UMI, nesse contexto institucional no qual se cumprem penas judiciais as regras servem para disciplinar e controlar.

Sugere-se que haja mais capacitações para os profissionais que trabalham diretamente com essa clientela no sistema penitenciário do Pará promovendo o aprimoramento destes, qualificando agentes e servidores para uma atuação mais preparada às necessidades dessas mulheres que são as parturientes e os recém-nascidos. É premente a necessidade de investimento do Estado na prevenção do uso de drogas, com tratamentos eficazes contra a dependência química que envolva a família e que sejam implantadas políticas públicas para incentivar novos caminhos aos usuários.

Esta pesquisa procurou contribuir com uma reflexão acerca do desenvolvimento psíquico de três crianças cujos primeiros meses de vida foram passados dentro de uma casa penal. Percebeu-se uma temática mais complexa pelo ambiente carcerário, esses bebês estavam acompanhando as mães prisioneiras e todos estavam sujeitos às circunstâncias do cárcere, contudo, quanto ao método Bick considerou-se viável sua adaptação ao contexto, foi possível e sensível para captar que a despeito de toda tensão em uma casa de privação de liberdade, as mães encarceradas conseguem agir com dedicação, apego e se vinculam aos seus bebês, estabelece-se um forte elo emocional com o recém-nascido, podemos inferir que até mais forte do que se estivessem em liberdade porque um dia chegará o momento da separação.

Ressalta-se, finalmente, que essa complexidade do cárcere deriva de inúmeros fatores tensos com tendência a se deteriorar completamente. Notadamente, a situação atual nos presídios é de verdadeiro caos e violência, o descaso das autoridades brasileiras fez o sistema penal perder sua função precípua, a ressocialização dos detentos, situação mais preocupante com mulheres grávidas ou parturientes encarceradas que necessitam por parte do Estado tratamento e cuidados especiais.

Referências

- Armelin, B. D. F., Mello, D. C., & Gauer, G. J. C. (2010). Filhos do cárcere: estudo sobre as mães que vivem com seus filhos em regime fechado. *Revista da Graduação*, 3(2).
- Baratta, A. (2011). Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. Universidade de Saarland, RFA Alemanha Federal. Disponível em < <http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf> >.
- Barbosa, M. K. (2014). A observação do bebê sem nome: transferência psicótica na observação de bebês, possibilidades e limites. *Jornal de Psicanálise*, 47(86), 167-180.
- Bick, E. (1964). Notes on infant observation in psychoanalytic training. *International Journal of Psychoanalysis*, 45, 558-566.
- Bick, E. (1968/2011). The experience of skin in early object relations. In: M. Harris, & E. Bick (Eds.). *Collected papers of Martha Harris and Esther Bick* (pp. 114-118). Great Britain: The Roland Harris Education Trust.
- Bigras, M., & Paquette, D. (2007). Estudo pessoa-processo-contexto da qualidade das interações entre mãe-adolescente e seu bebê. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1167-1174.
- Bion, W. R. (1994). *Estudos psicanalíticos revisados*. Tradução: Wellington M. de Melo Dantas. (3ª ed.) Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Boiteux, L., Pádua, J. P. (2013) A desproporcionalidade da lei de drogas: os custos humanos e econômicos da atual política no Brasil. Recuperado em <https://www.tni.org/files/publication-downloads/proporcionalidad-brasil.pdf>
- Centro Pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas. (2007). *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*. Recuperado em <http://carceraria.org.br/wp->

content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf

Camargo, V. (2006). Realidade do Sistema prisional no Brasil. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande do Sul, 33(30) p. 09.

Constituição Da República Federativa Do Brasil (2012) – promulgada em 5 de outubro de 1988. Senado Federal - Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília.

Recuperado em

<http://www.susipe.pa.gov.br/sites/default/files/DEZEMBRO%202015%20-%20SUSIPE%20EM%20N%C3%9AMEROS.pdf>.

Ceccarelli, P. R. (2012). Considerações sobre pesquisa em Psicanálise. *Psicologia: diálogos contemporâneos*. Melo & Júnior (org.) Curitiba: CRV, p. 137-146.

Caron, N. A.(1995). Fundamentos teóricos para a aplicação do método Bick. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 29(2), 283-291.

Donelli, T. M. S. (2008). Descortinando a vivência emocional de mulheres em um centro obstétrico: uma investigação sobre o parto através da aplicação do método Bick. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. In: ECA: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e de outras providências.

Execução Penal: (lei Nº 7210, 11 de Julho de 1984). Obtido em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm

Ferrari, I. F. (2010). Mulheres encarceradas: elas, seus filhos, e nossas políticas. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. 10, (4), 1325-1352.

- Figueiredo, L.C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 250-278. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&tlng=pt
- Foucault, M. (1991). *Vigiar e punir*. (9ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freud, S.(1996). *Cinco Lições de Psicanálise*. In: Edição standard brasileira de obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em 1910)
- Freud, S.(1996). *A Dinâmica da Transferência*. In: Edição standard brasileira de obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Obra original publicada em (1912)
- Freud, S. (1996) *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. In: Edição standard brasileira de obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1914/1916)
- Freud, S. (1996) *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. In: Edição standard brasileira de obras psicológicas completas de Sigmund Freud. XVI, 433-449. Rio de Janeiro: Imago. (Obra publicada em 1916/1917)
- Freud, S. (1996) *Recomendações ao médico que exercem psicanálise*. In: Edição standard brasileira de obras psicológicas completas de Sigmund Freud. XII. 123-133. Rio de Janeiro: Imago. (Obra publicada em 1926)
- Fulgencio, L. (2008). Playing as a model of the psychoanalytical method of treatment. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 42 (1), 123-136. Recuperado em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2008000100013&lng=pt&tlng=en.

Ghisleni, P. C. (2014) O Sistema penitenciário brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana. *Revista Direito em Debate*, 23(42) 176-206.

Goffman, E. (1961/1974). *Manicômios, prisões e conventos*. (7ª. Ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.

Golin, G., Benetti, S. P. C., & Donelli, T. M. S. (2011). Um estudo sobre acolhimento precoce inspirado no método Bick. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 561-569.

Recuperado em 03 de dezembro de 2014. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n4/a07v16n4.pdf>

Gomes, L. F. (2008). Lei de drogas comentada: artigo por artigo: Lei 11.343, de 23.08. 2006. Editora Revista dos Tribunais.

Jerusalinsky, J., & Berlinck, M. T. (2008). Leitura de Bebês. *Estilos da clínica*, 13(24), 122-131. doi:10.11606/issn.1981-1624.v13i24p122-131

Lima, G. B. D., Pereira Neto, A. F., Amarante, P. D. C., Dias, M. D., & Ferreira Filha, M. O. (2013). Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde debate*, 37(98),p. 446-456. doi:10.1590/S0103-11042013000300008

Klein, M. (1957/1974). *Inveja e Gratidão. Um estudo das fontes do inconsciente*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Klein, M. (1975/2006). *Inveja e Gratidão. E outros trabalhos*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Kompinsky, E. (2000). *Observação de bebês: método e sentimentos do observador*. In: Caron, N. A. (org). *A relação pais-bebê: da observação à clínica*. (pp. 9-43) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. (2006). Obtido em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm

Lei Nº. 11.942, 28 de maio de 2009. (2009). Obtido em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111942.htm

Lopes, T. (2015). Unidade Mterno-Infantil da Susipe garante a internas o direito de ser

mãe. Agência Pará. Obtido em http://agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=112353

Mahler, M. S. (1993). *O nascimento psicológico da criança*. Porto Alegre, RS: Artes

Médicas.

Maltz, R. S. (2003). Observação de bebês – método Bick – uma vivência emocional

significativa para a criatividade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 37 (2-3): 631-646.

Mélega, M. P. (1995). A supervisão da observação da relação mãe-bebê: ensino e

investigação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 29(2), 263-282.

Mezêncio, M. S. (2004). Metodologia e pesquisa em Psicanálise: uma questão. *Psicologia*

em Revista, 10(15), 104-113. Recuperado em

http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213115113.pdf

Mozzaquatro, C. O., Polli, R. G., & Arpini, D. M. (2012). Relação mãe-bebê: cuidados e

preocupações na construção da vinculação afetiva. *IV Jornada de pesquisa em*

Psicologia. UNISC. Santa Cruz do Sul, RS.

Nascimento, R. D. M., & Pedroso, J. da S. (2013). Reflexões acerca da Experiência de

Observação de um Bebê abrigado. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 13(1-2), 369 –

386. Recuperado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27131673014>

Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de*

pesquisas em administração, 1(3), 2.

- Nogueira, L.C. (2004). A pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, 15(1/2), 83-106. doi: 10.1590/S0103-65642004000100013
- Oliveira-Menegotto, L. M., Menezes, C. C., Caron, N. A., & Lopes, R. C. S. (2006). O método Bick de observação de bebês como método de pesquisa. *Psicologia Clínica*, 18(2), 77 – 96. doi: 10.1590/S0103-56652006000200007
- Oliveira-Menegotto, L. M., Lopes, R. C. S., & Caron, N. A. (2010). O método Bick de observação da relação mãe-bebê: aspectos clínicos. *Psicologia Clínica*, 22(1), 39 – 55. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/pc/v22n1/a03v22n1.pdf>
- Pinto, E. B. (2004). A pesquisa qualitativa em Psicologia clínica. *Psicologia USP*, 15(1/2), 71-80. Recuperado em 15 de setembro de 2014. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n1-2/a12v1512.pdf>
- Piontelli, A. (1995). *De feto a criança. Um estudo observacional e psicanalítico*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Rosa, J. C. (1995). Reflexões sobre o método da observação da relação mãe-bebê. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 29(2), 299-305.
- Sanchez, M. P. (1983). *Observação de bebês*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Santa Rita, R. P. (2006). *Mães e crianças atrás das grades em questão o princípio da dignidade da pessoa humana*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Scorsolini-Comin, F., Nedel, A. Z., & Santos, M. A. (2014). De perto, de longe, de fora e de dentro: a formação do observador a partir de uma experiência com o método Bick. *Psicologia Clínica*, 23(2), 151 – 170. doi: 10.1590/S0103-56652011000200010
- Sousa, M. S. I. (1995) Supervisão da observação da relação mãe-bebê. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 29(2), 293-298.
- Spitz, R. (1983). *O primeiro ano de vida*. (3ª. Ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Souza, K. O. J. (2009). A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas.

Psicologia em Estudo, 14,(4), p. 649-657.

Stella, C. (2009) O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial

dos filhos. *Educere et educare: Revista de Educação*. 4,(8), p. 99-111.

Stern, D. (1992). *O mundo interpessoal do bebê*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). (2015).

INFOPEN Estatística recuperada em <http://www.susipe.pa.gov.br/noticias/unidade-materno-infantil-da-susipe-garante-internas-o-direito-de-ser-m%C3%A3e>

Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). (2014). Centro de

reeducação feminino em Ananindeua terá berçário para detentas grávidas. Obtido em

<http://www.susipe.pa.gov.br/noticias/centro-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-feminino-em-ananindeua-ter%C3%A1-ber%C3%A7%C3%A1rio-para-detentas-gr%C3%A1vidas>

<http://www.susipe.pa.gov.br/noticias/centro-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-feminino-em-ananindeua-ter%C3%A1-ber%C3%A7%C3%A1rio-para-detentas-gr%C3%A1vidas>

[gr%C3%A1vidas](http://www.susipe.pa.gov.br/noticias/centro-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-feminino-em-ananindeua-ter%C3%A1-ber%C3%A7%C3%A1rio-para-detentas-gr%C3%A1vidas)

Teixeira, L. G., & Lemos, M. F. (2012). A relação mãe-bebê: um vínculo necessário.

Perspectivas em psicologia, 16(1).

Telles, J. C. C. P., Sei, M. B., & Arruda, S. L. S. (2010). Comunicação silenciosa mãe-

bebê na visão winnicottiana: reflexões teórico-clínicas. *Aletheia*, (33), 109-122.

Recuperado em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000300010&lng=pt&tlng=pt)

[03942010000300010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000300010&lng=pt&tlng=pt).

Viafore, D. (2005). A gravidez no cárcere brasileiro: uma análise da Penitenciária

Feminina Madre Pelletier. *Direito & Justiça*. 31,(2), 91-108.

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Welter, M. E. (2013). *A mulher no sistema prisional brasileiro*. (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Winnicott, D. W. (1965/1982). *A criança e o seu mundo*. (6ª. Ed.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan S.A.

Winnicott, D. W. (1979/1988). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (2ª. Ed.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Winnicott, D. W. (1988/2013). *Os bebês e suas mães*. (4ª. Ed.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes Ltda.

Wirth, A. F. (2007). Cuidando dos cuidadores em um serviço de neonatologia: quem cuida de quem cuida? *Revista Bioética*. 14(1)97-108. Recuperado em http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/11/14

Anexos Apêndices

Entrevista semiestruturada

1- DADOS DE BIODEMOCRÁFICOS:	
Nome:	
Data de nascimento:	
Escolaridade:	Sexo:
Naturalidade:	Estado civil:
Número de filhos:	
Nome dos pais:	
2- HISTÓRICO DE VIDA:	
Situação econômica:	
Recebe algum benefício?	
Com quem morava antes de ser presa?	
Faz ou fez uso de drogas?	
Faz ou fez uso de bebida alcoólica?	
Quantidade de gestações:	
Já fez abortos?	
Como foi o pré-natal?	
Recebe visitas? De quem?	
Fale-me de sua gravidez:	
Que tipo de pena cumpre? Qual a sentença? Qual o motivo? Reincidência?	
Como se sente cuidando de seu bebê?	

Superintendência do
Sistema Penitenciário do
Estado do Pará
Escola de Administração Penitenciária



Memo. nº 090/15 – EAP/SUSIPE	Data: 13/02/2015
Para: Carmem Botelho Diretora da UMI	Da: Escola de Administração Penitenciária
Assunto: Encaminhamento de discentes para fins de Pesquisa Acadêmica	
<p>Senhora Diretora,</p> <p>1. Encaminhamos para fins de pesquisa acadêmica, os coordenadores Janari da Silva Pedroso e Celina Maria Colino Magalhães do Programa de Pós – Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPA, que tem como objetivo investigar os conhecimentos e práticas de mães em contexto de cárcere sobre amamentação cujo tema do projeto é intitulado “ Instalação e Manutenção da Brinquedoteca Móvel da Unidade Materno Infantil”.</p> <p>2. Ressaltamos que segue em anexo cópia da autorização da pesquisa.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p><i>Fernanda Nazare da Luz Almeida</i> FERNANDA NAZARÉ DA LUZ ALMEIDA TÉCNICA EM GESTÃO PENITENCIÁRIA (PSICOLOGA) Fernanda Nazare L. Almeida Téc. em Gestão Penitenciária M.F. 54196410/1</p>	<p><u>DESPACHO</u> <u>ENCAMINHAMENTO</u></p>

EAP

Ao

Ten. Cel. André Luiz de Almeida e Cunha

Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.

De: Antonia Cláudia Soares Leão dos Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do
Pará.

Referente: AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA.

E. PROTOCOLO	
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	
SUCIPE - Superint. do Sist. Penit. do Estado	
Nº: 2015/ 410.331	
97/09/15	<i>10/09/15</i> Psicóloga

Ilmo Ten. Cel. André Luiz de Almeida e Cunha, venho por meio desta solicitar autorização para realização de uma pesquisa com mães encarceradas na Unidade Materno Infantil, cujo projeto tem como título "Relação Mãe-Bebê em Contexto de Cárcere: Um Estudo Psicanalítico"; o qual conta como orientador o Profº Dr. Janari da Silva Pedroso e coorientadora a Profª Dra. Celina Maria Colino Magalhães. Outrossim informo que o referido projeto de mestrado faz parte do projeto de pesquisa intitulado "Amamentação no Cárcere" de responsabilidade dos professores supracitados e que o mesmo apresenta como objetivo o estudo do desenvolvimento emocional do bebê a partir da relação com a mãe.

Ressaltamos que segue em anexo documento de autorização para pesquisa dos professores mencionados anteriormente, além de cópia da documentação desta pesquisadora que vos escreve com o comprovante de residência.

Certa de contar com sua autorização, desde já agradeço,

Antonia Cláudia Soares Leão dos Santos
Antonia Cláudia Soares Leão dos Santos

Cel. (91) 982787308

Tel. (91) 32267896

Superintendência do
Sistema Penitenciário do
Estado do Pará



BELÉM, ____ / ____ / ____

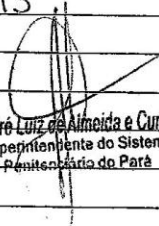
FLS. _____

PROTOCOLO _____

INTERESSADO _____

A EAP:

↓ - Autorizada a pesquisa acadêmica.
em: 18/09/15


André Luiz de Almeida e Cunha
Superintendente do Sistema
Penitenciário do Pará



Superintendência do
Sistema Penitenciário do
Estado do Pará
Escola de Administração Penitenciária



Memo nº 398/2015 – EAP/SUSIPE	Data: 23/09/2015
Para: Carmem Lúcia Gomes Botelho Diretora/CRF	Da: Escola de Administração Penitenciária
Assunto: Encaminhamento de Discente	
<p>Senhora Diretora,</p> <p>1. Encaminhamos para fins de pesquisa acadêmica, a discente Antônia Claudia Soares Leão dos Santos, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, –UFPA, que tem como objetivo pesquisar sobre o tema “Amamentação no Cárcere”, na Unidade Materno Infantil - UMI.</p> <p>2. Ressaltamos que segue em anexo cópia da autorização da pesquisa, RG e CPF, a tempo informamos que a mesma não está autorizada a fazer qualquer entrevista por meio de gravações ou filmagens.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p><i>NJS Kelly Rocha</i> SOLIANE FERNANDES GUIMARÃES Gerente da Escola de Administração Penitenciária</p> <p><i>Kelly Fiel</i> VICE DIRETORA MAT. Nº 541P</p> <p>2015/418960 EAP Escola de Administração Penitenciária SUSIPE - PA</p> <p>Recebi 24/09 2015</p> <p>Kelly F. da Rocha Vice Diretora Penitenciária Tel. 519 3252320 / 1 MF 57192320 / 1</p>	

Superintendência do
Sistema Penitenciário do
Estado do Pará
Centro de Reeducação Feminino



MEMORANDO Nº 1596/2015 – GAB/CRF	Data: 29/09/2015
Para: Sra. DANUSA PINHEIRO DE AZEVEDO Coordenadora da Unidade Materno Infantil – UMI/CRF	DA: Direção do CRF.
ASSUNTO: Apresentação de discente de mestrado	
<p>Senhora Coordenadora,</p> <p>1. Fazemos a apresentação da discente ANTÔNIA CLÁUDIA LEÃO DOS SANTOS, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA.</p> <p>2. Ressaltamos que a autorização já se encontra nessa UMI, conforme os do memorando nº 398/2015-EAP/SUSIPE.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p style="text-align: center;">  <small>Kelly Fiel</small> <small>VICE DIRETORA CRF</small> <small>CPF Nº 54135976</small> N.º KELLY KRISTINA BRABO FIEL Diretora do Centro de Reeducação Feminino – CRF </p>	<p>DESPACHO</p> <p>ENCAMINHAMENT</p> <p style="text-align: right;"> Recebi em: 29/09  </p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Projeto de Pesquisa: Relação Mãe-Bebê Em Contexto De Cárcere: Um Estudo Psicanalítico

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa em questão pretende investigar a relação mãe-bebê em contexto de cárcere sob uma perspectiva psicanalítica, o método utilizado será o método Bick de observação, o qual propõe que a pesquisadora observe a relação da mãe com seu bebê logo após o nascimento no ambiente onde residem. É importante ressaltar que a presença da pesquisadora não visa orientar à mãe quanto aos cuidados que ela deva ter com seu filho recém-nascido. Inicialmente, será realizada uma entrevista com a mãe com o objetivo de conhecer sua história de vida. Os dados serão usados apenas para os objetivos do estudo proposto, preservando-se a identidade e os aspectos da história de vida de cada um dos sujeitos envolvidos, mesmo quando da divulgação dos achados da pesquisa em reuniões científicas, publicações ou aulas de disciplinas da graduação e da pós-graduação.

A pesquisa tem como objetivo estudar o desenvolvimento emocional do bebê na relação com a sua mãe em contexto de cárcere, mas especialmente, eventos ocorridos quanto ao cuidado e a rotina entre a mãe com seu filho dentro da unidade penal, além do desenvolvimento emocional do bebê a partir de uma situação de encarceramento.

O risco de tratamento cruel, discriminatório ou constrangedor colocado pela realização da entrevista e pela sessão de observação dos sujeitos, pode-se dizer que é praticamente nulo. Na eventualidade de ocorrer qualquer situação reconhecida como de risco à intimidade da mãe e do bebê, serão tomadas providências cabíveis para reparar as falhas ou os equívocos cometidos.

Por sua vez, os benefícios trazidos pela pesquisa estão relacionados à proposição de mudanças que possam efetivamente melhorar a qualidade dos cuidados ofertados à criança, principalmente naquilo que se refere à criação de condições favoráveis à construção de vínculos afetivos decisivos para o desenvolvimento infantil.

Neste momento, convido você a tomar parte da pesquisa ora apresentada. Informo ainda que o Juizado da Infância e da Juventude, 1ª Vara Cível, da Comarca da Capital, bem como a Presidência da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, já autorizaram a realização da pesquisa e estão cientes dos procedimentos metodológicos propostos. Reitero, aqui, o compromisso de que, em qualquer momento da pesquisa, será possível interromper a sua participação sem qualquer problema, retaliação ou represália de qualquer natureza, devendo apenas ser avisada da sua desistência.

Pesquisadora responsável: Antonia Cláudia Soares Leão dos Santos
Endereço: Rua Augusto Corrêa, número 1. Guamá.
Belém – Pará. CEP 66065 – 110. Fone: (91) 98278 – 7308.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, e que me sinto perfeitamente esclarecida sobre o conteúdo da mesma, assim como os seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, confirmo minha participação na presente pesquisa.

Belém, ____ / ____ / _____

Assinatura do Entrevistado (a)